

# **TERCEIRO GRANDE INQUÉRITO SOBRE SUSTENTABILIDADE**

## **Sumário Executivo**

**Luísa Schmidt & Mónica Truninger (coord.)**

**João Guerra**

**Susana Fonseca**

**Pedro Prista**

**Alexandre Silva**

**Lisboa, outubro de 2022**

## Índice

<b>1</b>	<b>Apresentação .....</b>	<b>3</b>
<b>2</b>	<b>Sustentabilidade e Agenda 2030 .....</b>	<b>4</b>
<b>3</b>	<b>Ambiente e ativismo ambiental .....</b>	<b>11</b>
<b>4</b>	<b>Impactos da pandemia.....</b>	<b>18</b>
<b>5</b>	<b>Estilos de vida e transição .....</b>	<b>23</b>
5.1	Perfis de consumo .....	23
5.2	Práticas, preocupações e políticas alimentares .....	26
<b>6</b>	<b>Bem-estar e qualidade de vida.....</b>	<b>34</b>
<b>7</b>	<b>Orientações e perspectivas de futuro .....</b>	<b>45</b>
<b>8</b>	<b>Notas conclusivas .....</b>	<b>51</b>
<b>9</b>	<b>Bibliografia .....</b>	<b>57</b>



# 1 Apresentação

Em 2022 foi aplicado o **III Grande Inquérito sobre Sustentabilidade em Portugal**<sup>1</sup> cujo Sumário Executivo agora se apresenta. Este inquérito constitui a continuação de um desafio proposto, em 2015, ao Instituto de Ciências Sociais (ICS-ULisboa/OBSERVA) pela Missão Continente. Assim se criou o ‘Barómetro da Sustentabilidade’ que regularmente ‘mede o pulso’ à evolução do tema em Portugal enquadrando-se numa das linhas estruturantes de pesquisa do ICS – Sustentabilidade - levada a cabo no âmbito do SHIFT – Grupo de Investigação de Ambiente, Território e Sociedade – onde se integra o OBSERVA – Observatório de Ambiente, Sociedade e Território.

Sete anos após o primeiro desafio, o objetivo é, agora, ir além das questões gerais realizadas nos primeiros dois inquéritos, alargando horizontes numa ótica que atende os desafios da Agenda 2030 (e.g., uma abordagem transversal, sistémica e inclusiva) e dedicando novos blocos a temáticas tão diversificadas quanto a produção e consumo, as literacias funcionais (alimentar, digital, sanitária...), o desperdício e o destino dos resíduos urbanos, a participação e a mobilização cívica, as visões face ao futuro, bem como as vulnerabilidades e as resiliências da sociedade portuguesa face a riscos sistémicos globais, mas cujas consequências já são experimentadas pelas populações locais.

O **III Grande Inquérito sobre Sustentabilidade em Portugal** dará, assim, continuidade aos dois inquéritos anteriores, com um foco especial nos estilos de vida e transições socio-ecológicas, cívicas e económicas no contexto pós-pandémico. Para tal propusemo-nos indagar entraves, desafios e oportunidades que, na sociedade portuguesa, marcam uma ação (governamental e cidadã) capaz de responder aos anseios e expectativas postos pelas sucessivas crises de cariz múltiplo que todos atualmente vivenciamos.

---

<sup>1</sup> O inquérito foi realizado com recurso a questionários presenciais através do sistema TAPI. Foram recrutados indivíduos de ambos os géneros, com 18 e mais anos, residentes em Portugal Continental. Utilizou-se uma amostragem estratificada cruzada, com quotas por género, idade, região (NUTSII) e instrução. A amostra obtida é de 1520 inquéritos, em 208 freguesias de Portugal Continental, previamente selecionadas. A margem de erro associada, para um nível de confiança de 95,5%, é de  $\pm 2,56\%$ . O trabalho de campo decorreu entre os dias 20 de junho e 5 de agosto de 2022.

## 2 Sustentabilidade e Agenda 2030

A Sustentabilidade é uma área intrinsecamente integradora que, por definição, dificilmente admite fronteiras ou imunidades absolutas aos riscos decorrentes dos desequilíbrios sociais, económicos e ambientais do nosso tempo. Ainda que de forma desigual, os focos de degradação ecológica e os seus respetivos riscos interagem e repercutem-se num encadeamento retroativo a tudo e a todos. A promoção da sustentabilidade global depende, por isso, de acautelar não apenas o futuro da Humanidade, mas igualmente o seu presente, garantindo precaução no uso dos recursos naturais e equidade na sua distribuição e usufruto. Neste sentido, seria necessário garantir que a permanência ou, pior ainda, a propagação de contextos de pobreza e de vulnerabilidades socioeconómicas, não conduzissem a uma secundarização do princípio da precaução e a uma valorização excessiva do presente em desfavor do futuro (Guerra & Schmidt, 2018).

Interessou, portanto, perceber **como se relacionam os portugueses com este conceito** que, pela sua abrangência e omnipresença nos *media*, se tornou demasiado vago e complexo. Começámos assim por solicitar aos inquiridos que referissem espontaneamente até duas **palavras que associassem à ideia de Sustentabilidade** (Figura 2.1).

Figura 2.1 Duas palavras ou expressões associadas à ideia de sustentabilidade



Se é certo que cerca de 1/3 dos portugueses teve dificuldade em associar algum significado à ideia de sustentabilidade (28,8% não adiantou nenhuma expressão ou ideia), a esmagadora

maioria - 71,2% - conseguiu associar significados à ideia de 'sustentabilidade'. De entre estes surgem, em primeiro lugar, os que nomearam questões ou expressões ligadas ao "ambiente e à natureza" (14,7%). Segue-se a categoria "reciclagem e reutilização" que engloba a necessidade também referida de se "produzir menos lixo" (14,1%). Logo de seguida surge a categoria "rendimento/ subsistência" que liga explicitamente a sustentabilidade à subsistência, ou seja, mais especificamente "capacidade para sustentar a família" (13,3%) e mais abaixo a ideia de "poupança" (8,8%) mais por necessidade do que por opção ambientalmente responsável.

As outras questões socio-cívicas e de governança a que nos inquéritos anteriores os portugueses prestavam menor atenção enquanto associadas à sustentabilidade garantem agora um lugar importante neste ranking. Desde logo, o "civismo e a mudança social" (uma ideia de contribuição comum para um futuro menos sombrio, mais justo e ambientalmente mais equilibrado) alcançaram 11,6%; manter as condições de vida e ecológicas e garantir a proteção do bem-comum ("cuidar do bem-comum") foi referido por 10,1% dos inquiridos, enquanto a promoção do 'bem-estar social e qualidade de vida' foi mencionada por 7,4% dos inquiridos.

**Em suma**, como tem vindo a acontecer em inquéritos anteriores, **a Sustentabilidade é, antes de mais, associada ao Ambiente, ou a ações relacionadas com a proteção ambiental**, ainda que de forma menos explícita do que aconteceu anteriormente com o termo "Desenvolvimento Sustentável". Para além das questões ambientais gerais com uma grande prevalência dos resíduos/lixos, **surgem também mais claramente as dificuldades económicas e a necessidade de poupança que daí decorre – sobretudo para os grupos sociais mais vulneráveis**. Daí o também recorrente recurso à ideia de "subsistência/sustentar a família".

**Comparativamente aos inquéritos anteriores, já o referimos, surge explicitamente um conceito de sustentabilidade mais moderno ligado à ideia de 'civismo', de 'cuidar do bem comum', de 'bem-estar' – o que significa uma maior atenção aos bens públicos comuns e também maior atenção e exigência face às políticas públicas transformativas no sentido da sustentabilidade sobretudo por parte de alguns grupos sociais com maiores níveis de escolaridade.**

Aliás, se focarmos a análise em algumas variáveis de caracterização, como o género, a idade e a escolaridade (Tabela 2.1), constatamos outras diferenças. Enquanto os homens destacam, de forma mais vincada, o "bem-estar e a qualidade de vida", o "civismo e a mudança social" e, ainda, a "manutenção do bem-comum" e das "condições de vida", as mulheres tendem a sublinhar a importância das mais tradicionais práticas ambientais, como é o caso da "reciclagem

e da reutilização de materiais”, de forma a garantir menores impactos do seu consumo no ambiente, e referem também mais a ideia de ‘ambiente e natureza’ em geral.

**Tabela 2.1 A sustentabilidade segundo o género, a idade e a escolaridade.**

Expressões associadas à sustentabilidade	Homens	Mulheres	< 24 anos	25-44 anos	45-64 anos	> 64 anos	S/grau de instrução	Básico (1 <sup>o</sup> +2 <sup>o</sup> +3)	Secund/Pós Secund.	Ensino Superior.
Equilíbrio/ harmonia	7,0%	5,0%	4,3%	5,1%	<b>8,0%</b>	4,7%	<b>3,2%</b>	4,3%	<b>7,0%</b>	<b>10,5%</b>
Reciclagem/ reutilização	9,3%	<b>18,2%</b>	<b>19,5%</b>	<b>17,6%</b>	14,6%	<b>7,7%</b>	7,2%	12,7%	<b>17,1%</b>	<b>17,0%</b>
Bem-estar/ qualidade de vida	<b>10,7%</b>	4,5%	2,7%	6,4%	<b>8,9%</b>	<b>8,0%</b>	6,6%	7,4%	7,1%	7,7%
Ambiente/ natureza	13,8%	15,5%	8,2%	<b>20,3%</b>	<b>16,6%</b>	8,4%	<b>3,4%</b>	13,6%	<b>16,2%</b>	<b>20,4%</b>
Civismo/ mudança social	<b>13,2%</b>	10,2%	<b>24,1%</b>	10,5%	10,5%	10,0%	<b>2,6%</b>	7,8%	<b>15,4%</b>	<b>22,0%</b>
Rendimento/ subsistência	14,2%	12,6%	<b>18,8%</b>	12,7%	12,0%	13,9%	10,2%	<b>14,2%</b>	<b>13,9%</b>	11,0%
Poluição/ contaminação	6,7%	5,0%	5,1%	<b>7,4%</b>	<b>7,1%</b>	<b>2,6%</b>	4,8%	3,9%	<b>7,2%</b>	<b>10,1%</b>
Manutenção/ bem comum	<b>12,3%</b>	8,1%	8,9%	9,7%	8,8%	<b>12,4%</b>	<b>3,2%</b>	10,8%	8,8%	11,6%
Produção-consumo/ poupança	7,7%	9,7%	<b>11,4%</b>	8,6%	10,1%	6,3%	7,8%	<b>9,6%</b>	<b>8,9%</b>	6,6%
Reconversão/ políticas	10,3%	7,0%	7,1%	<b>12,1%</b>	6,0%	8,4%	<b>0,2%</b>	7,5%	10,3%	<b>12,8%</b>
Escassez/ limites	5,3%	5,6%	4,8%	5,9%	5,4%	5,4%	<b>2,0%</b>	3,6%	<b>7,3%</b>	<b>10,4%</b>
NENHUMA RESPOSTA	26,0%	<b>31,2%</b>	27,0%	21,7%	27,3%	<b>39,1%</b>	<b>60,0%</b>	32,7%	21,0%	<b>14,2%</b>

Ainda de acordo com a Tabela 2.1, a idade é outra das variáveis que influencia o posicionamento dos inquiridos. Por exemplo, **são os mais jovens, ainda em fase estudantil (18-24 anos), que mais referem o civismo e a mudança social** e também as práticas de reciclagem e reutilização (estas últimas eventualmente sob a influência da escola e da educação ambiental aí desenvolvida). Mas acompanham estas preocupações com outras bem mais pragmáticas, como são as questões do rendimento e das dificuldades para suprir necessidades de consumo. Os grupos etários mais velhos destacam-se, desde logo, pelas altas percentagens de não-respostas e pela menor sensibilidade relativamente às questões ambientais (como a poluição e a reciclagem).

Finalmente é a instrução, também mais ligada ao civismo e mudançassocial, que fomenta um olhar mais atento, informado e diferenciador para as questões da sustentabilidade. Os inquiridos menos instruídos evidenciam-se desde logo pela dificuldade em associar expressões ao tema da Sustentabilidade, apresentando as percentagens mais elevadas de não-resposta: cerca de 60% não respondeu à questão.

**E quanto ao desenvolvimento sustentável?** Até que ponto a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) assumidos pela ONU em 2016 e aplicáveis a todos os países, fizeram o seu caminho no imaginário dos inquiridos portugueses?

De acordo com a Figura 2.2, podemos concluir **que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são ainda uma incógnita para a maioria dos portugueses (64%),** dado que apenas 36% dos inquiridos declaram saber do que se trata. Entre estes destacam-se os grupos sociais mais escolarizados e em plena vida ativa.

**Contudo, quando se enumeram os 17 ODS e se indaga sobre a prioridade atribuída a cada um deles a nível nacional e mundial, os portugueses evidenciam posições muito claras.**

**Figura 2.2 Os ODS mais prioritários segundo os portugueses**



Ainda que se manifestem padrões de resposta relativamente semelhantes para os dois contextos geográficos - prioridades mundiais e prioridades nacionais – encontram-se algumas diferenças. **À escala mundial os ODS considerados prioritários são: a “erradicação da pobreza” e a “fome zero”, bem como a “saúde” e a “educação”.**

Já **à escala nacional**, de forma geral, os inquiridos sublinham os ODS que dizem respeito às questões sociais (Sociedade): **acima de tudo a necessidade de investir na “Saúde e Bem-Estar” (53%), na “Erradicação da Pobreza” (52%) e na “Educação de Qualidade” (39%),** seguindo-se a “Fome Zero e Agricultura Sustentável” (37,2%).

Que variáveis podem, então, influenciar o interesse e o conhecimento pelo Desenvolvimento Sustentável e pela Agenda 2030? A partir das prioridades atribuídos aos diversos ODS procuramos responder a essa questão (Tabela 2.2).

Desde logo, e exponenciado pelo ‘efeito COVID-19’, a questão da ‘saúde’ generalizou-se como preocupação máxima em todos os grupos etários, quando no inquérito anterior já era notória, mas concentrava-se claramente entre os mais velhos. Mantém-se, mesmo assim, um grau de preocupação ainda maior para as mulheres e para as populações mais vulneráveis considerando os baixos graus de literacia e de rendimentos.

**Tabela 2.2 Os ODS mais prioritários em Portugal, segundo género, idade e escolaridade**

ODS	Homens	Mulheres	< 25 anos	25-44 anos	45-64 anos	> 64 anos	S/grau de instrução	Básico (1 <sup>a</sup> +2 <sup>a</sup> +3)	Secund/Pós Secund.	Ensino Superior.
Erradicação da pobreza	50,1%	53,2%	27,4%	47,8%	<b>53,4%</b>	<b>61,9%</b>	<b>61,3%</b>	50,1%	<b>48,7%</b>	56,9%
Fome zero e agricultura sustentável	36,3%	38,0%	<b>25,8%</b>	37,8%	38,1%	<b>39,2%</b>	<b>42,5%</b>	38,5%	39,8%	<b>28,3%</b>
Saúde e bem-estar	49,6%	<b>56,3%</b>	53,6%	54,1%	50,5%	55,4%	<b>53,9%</b>	<b>60,4%</b>	45,8%	39,5%
Educação de qualidade	37,9%	40,8%	41,8%	39,7%	33,5%	<b>46,0%</b>	35,2%	39,1%	38,8%	<b>43,0%</b>
Igualdade de género	14,9%	<b>21,2%</b>	25,2%	23,3%	<b>17,6%</b>	<b>11,3%</b>	<b>7,2%</b>	19,7%	17,8%	18,5%
Água limpa e saneamento	18,7%	20,8%	<b>32,4%</b>	14,6%	18,3%	23,3%	22,0%	19,9%	21,5%	<b>16,9%</b>
Energia limpa e acessível	<b>17,2%</b>	14,9%	<b>38,7%</b>	12,1%	15,1%	13,7%	<b>7,5%</b>	13,7%	<b>19,4%</b>	<b>22,1%</b>
Trabalho digno e c. económico	21,0%	23,3%	<b>14,3%</b>	24,0%	24,5%	20,1%	15,8%	20,4%	<b>25,2%</b>	<b>26,7%</b>
Indústria, inovação e infraestruturas.	8,8%	7,4%	<b>12,8%</b>	7,4%	8,5%	6,4%	2,1%	6,3%	8,4%	<b>15,1%</b>
Redução das desigualdades	18,7%	17,2%	11,8%	<b>18,2%</b>	<b>21,2%</b>	15,4%	15,4%	15,3%	<b>20,3%</b>	<b>23,8%</b>
Cidades e comum. Sustentáveis	8,2%	7,0%	<b>12,0%</b>	9,8%	7,9%	<b>3,3%</b>	<b>2,0%</b>	5,1%	10,1%	<b>14,1%</b>
Consumo e produção responsáveis	9,2%	7,8%	<b>13,8%</b>	9,9%	9,5%	<b>3,7%</b>	<b>2,1%</b>	7,6%	9,8%	<b>11,9%</b>
Ação climática	<b>18,1%</b>	12,6%	15,4%	<b>17,0%</b>	15,0%	13,3%	8,7%	11,8%	<b>19,0%</b>	<b>23,1%</b>
Proteção da vida marinha	6,3%	7,9%	<b>18,3%</b>	5,9%	6,8%	5,3%	7,0%	5,1%	10,7%	9,1%
Proteção da vida terrestre	4,5%	4,8%	<b>8,0%</b>	5,2%	4,9%	2,5%	2,0%	4,2%	<b>6,9%</b>	4,2%
Paz, justiça e instituições eficazes	13,4%	12,2%	6,4%	<b>15,3%</b>	<b>16,0%</b>	8,0%	8,1%	11,4%	<b>16,7%</b>	13,8%
Parcerias para os ODS	0,2%	0,5%	0,3%	0,6%	0,5%	0,0%	0,0%	0,4%	0,5%	0,4%
Sabe o que significa/ conhece os ODS	36,0%	35,0%	27,0%	32,1%	<b>42,9%</b>	32,8%	<b>12,1%</b>	27,4%	43,4%	<b>59,9%</b>

Em seguida, e talvez porque alguns grupos sociais mais vulneráveis guardam memórias ainda vivas deste tipo de situações, a ‘erradicação da pobreza’ e a ‘fome zero’ são objetivos que preocupam com maior ênfase os mais velhos e, em geral, os menos escolarizados. Já a **prioridade de uma ‘educação de qualidade’, que surge em 3º lugar, é praticamente consensual / transversal a toda a sociedade portuguesa. Transversal também à sociedade portuguesa, independentemente dos diferentes estatutos sociais, é a necessidade da ‘redução das**

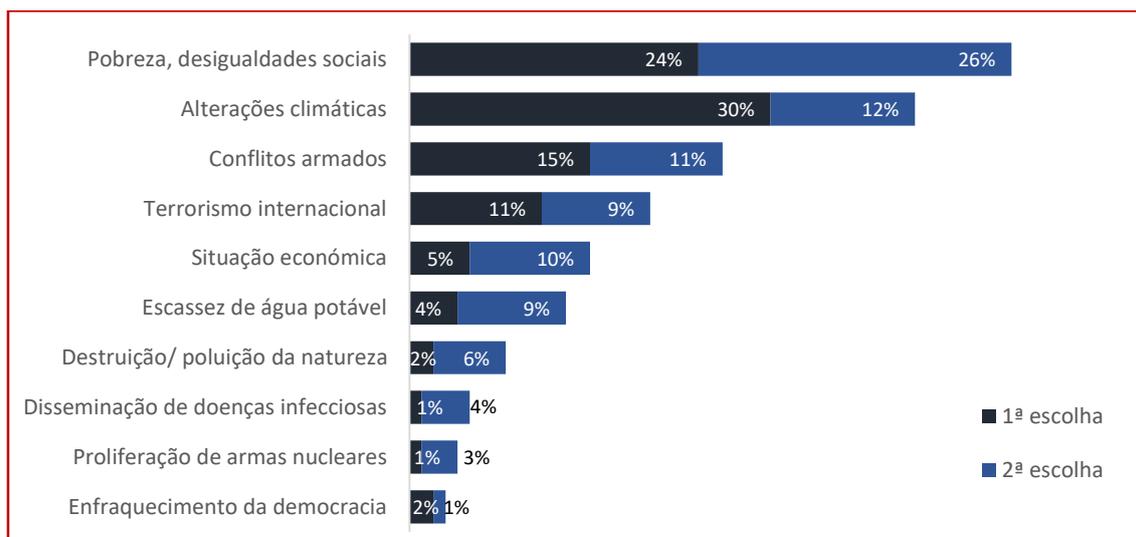
**desigualdades**'. Quanto à 'igualdade de género' é naturalmente mais sublinhada pelas mulheres e também pelas gerações mais novas.

**Todos os ODS que se prendem com questões ambientais – água limpa, ação climática, energias limpas, vida marinha, vida terrestre – são mais sublinhados pelos grupos etários mais jovens e também pelos mais escolarizados.** Idem para a produção e consumo sustentáveis, cidades e comunidades sustentáveis e indústria e inovação.

Finalmente **a instrução é, além das idades, um dos fatores mais discriminatórios nas escolhas dos inquiridos**, potenciando opções mais tecnicamente ligadas à sustentabilidade (e.g., energia, alterações climáticas, cidades e comunidades sustentáveis, produção e consumo...). Áreas que, grosso modo, são mais desvalorizadas pelos inquiridos com baixa instrução.

Voltando à escala mundial, numa outra pergunta, em outra parte do inquérito, questionámos também os portugueses sobre quais os **problemas que consideram mais graves no mundo atual**

**Figura 2.3 Os dez mais graves problemas do mundo atual (escolha 4)**

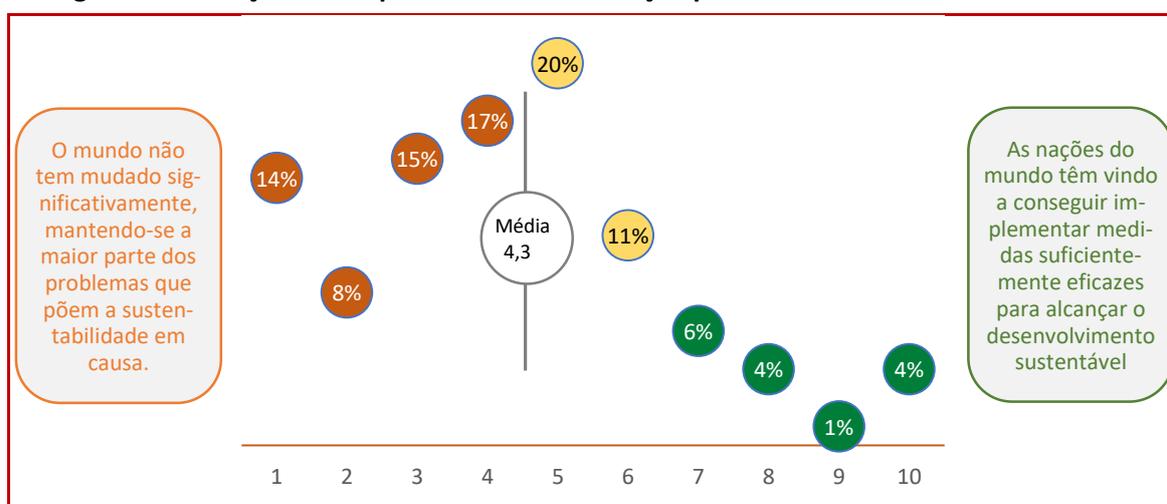


Como se pode verificar na Figura 2.3, as preocupações dos portugueses concentram-se de novo em primeiro lugar no problema **“Pobreza e as Desigualdades Sociais”** que obteve maior percentagem de respostas (50% dos inquiridos), mas é seguido de muito perto pelas **“Alterações Climáticas”** (42%) e, a alguma distância (já sugestionados pela guerra que, entretanto, eclodiu na Europa, mas ainda longe do seu atual agravamento), pelos **“Conflitos Armados”** (26%) e pelo **“Terrorismo Internacional”** (20%). Seguem-se as preocupações com a situação económica e com a **escassez de água potável**. Bastante mais abaixo, numa fase em que estávamos a começar a ultrapassar a pandemia, surge a disseminação de doenças infecciosas.

Numa fase em que não se falava ainda da ameaça nuclear que atualmente atravessamos, poucos se lembraram de gravidade do problema da proliferação de armas nucleares. Por outro lado, o enfraquecimento da democracia em termos mundiais quase não constitui preocupação.

Vejamos, por fim, **como percebem os portugueses a evolução do mundo nos últimos anos** a partir de uma pergunta que os convidava a posicionar-se entre duas situações antagónicas: uma situação de BAU (Business As Usual) em que pouco ou nada tem sido feito em prol da Sustentabilidade; e uma outra situação em que se criaram dinâmicas de mudança positivas no sentido da sustentabilidade (Figura 2.4).

**Figura 2.4 Percepção dos inquiridos sobre a transição para um mundo mais sustentável**



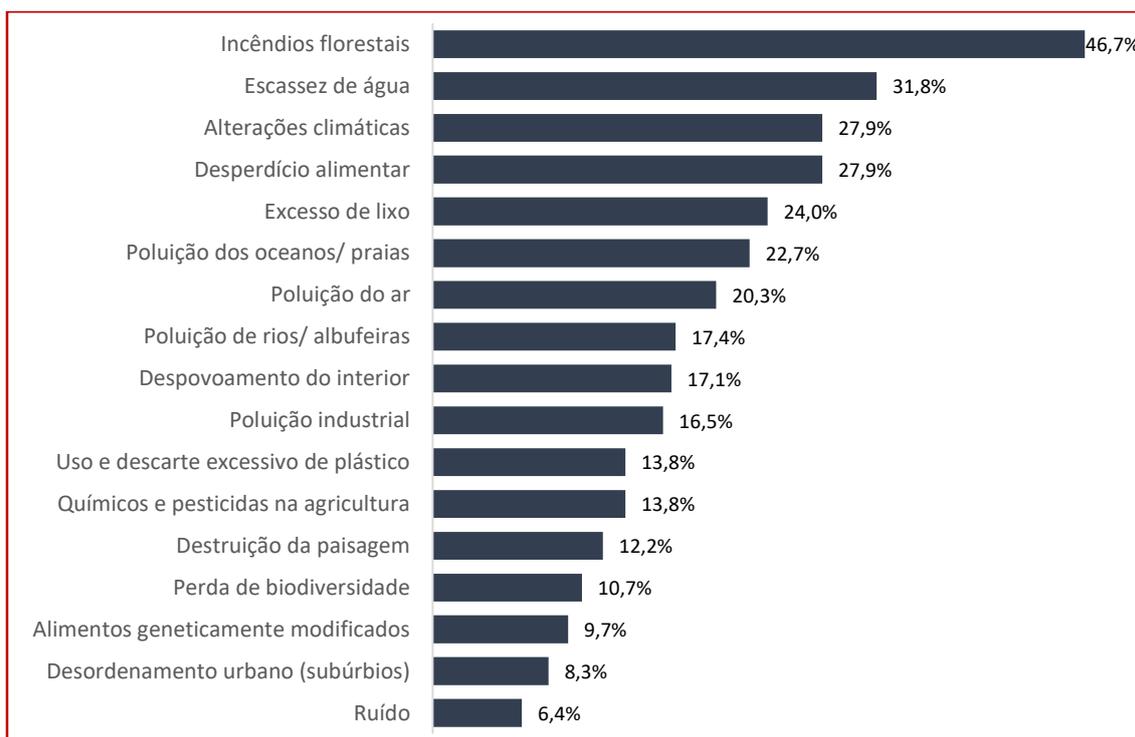
De acordo com os resultados, **os inquiridos têm uma percepção da evolução do mundo nos últimos anos tendencialmente negativa em termos de sustentabilidade**. Numa escala de 1 (mínimo) e 10 (máximo) a média não superou os 4,3. **A maioria dos inquiridos (54%) posiciona-se em terreno negativo** – considerando que pouco ou nada tem sido alterado mantendo-se e agravando-se os problemas da (in)sustentabilidade. De resto, cerca de 31% dos inquiridos assumem uma posição intermédia, não se definindo face à evolução mundial e, finalmente, **apenas 15% assumem posições mais otimistas** considerando que as nações do mundo têm vindo a implementar medidas eficazes para conseguir um desenvolvimento mais sustentável.

Apesar do caminho percorrido pelo desenvolvimento sustentável desde, pelo menos, o Relatório Brundtland (CMAD, 1987), os seus efeitos são, aos olhos da maioria dos portugueses, pouco animadores. Nesta visão tendencialmente pessimista, com uma média de 4,3 num máximo de 10, destacam-se as mulheres, as faixas etárias mais velhas, os inquiridos com formação superior, residentes nos meios rurais e em cidades pequenas e com filhos a cargo. Já os menos pessimistas são homens, residentes nas grandes cidades, jovens e com filhos menores.

### 3 Ambiente e ativismo ambiental

Se a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável resultam de uma abordagem holística e integradora das suas várias dimensões<sup>2</sup>, a **centralidade dos problemas ambientais é incontestável na contemporaneidade e sobrepõe-se nas próprias respostas dos portugueses quando se referem espontaneamente à Sustentabilidade**. Importa, por isso, dar especial atenção aos problemas ambientais na sociedade portuguesa, analisando os resultados de uma questão específica em que se pedia uma avaliação sobre um conjunto de problemas (Figura 3.1).

**Figura 3.1 Os problemas ambientais mais graves do país segundo os portugueses**



Os **incêndios florestais** foram a categoria mais vezes assinalada (46,7%), seguidos pela **escassez de água** com 31,8% e as **alterações climáticas** com 27,9%, conseguindo ambas as categorias um lugar predominante quer entre os problemas globais, quer entre os problemas ambientais do país. O **desperdício alimentar**, com uma percentagem igual às alterações climáticas, é seguido pelo **excesso de lixo** (24%), **poluição dos oceanos** (22,7%), **poluição do ar** (20,3%), **poluição de rios e albufeiras** (17,4%), **despovoamento do interior** (17,1%) e **poluição industrial** (16,5%). O uso de pesticidas e produtos químicos na agricultura e o excessivo uso e descarte de plástico surgem um pouco abaixo, ambos com 13,8%. Importa, no entanto, salientar que, se juntarmos

<sup>2</sup>A Agenda 2030, por exemplo, inclui dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que abrangem áreas tão diferentes quanto a defesa dos valores ambientais, a qualidade de vida e a equidade inter e intrageracional, bem como as condições instrumentais para a sua prossecução (i.e., paz, justiça e instituições fortes, bem como o financiamento viabilizado pelas parcerias).

a disseminação de plásticos no ambiente ao excesso de lixo, o problema ganha maiores proporções, somando 37,8%, o que o posicionaria em segundo lugar no ranking dos problemas ambientais mais graves referidos pelos portugueses.

As percentagens vão depois diminuindo, mas a ideia que fica é que os portugueses têm uma panóplia de preocupações de difícil delimitação, seguindo-se, ainda com percentagens expressivas, a destruição da paisagem, a perda de biodiversidade, os alimentos geneticamente modificados, o crescimento desordenado dos subúrbios e, por fim, o ruído que, nestes resultados, parece algo desvalorizado.

Importa perceber como interferem as principais características sociográficas na avaliação que os inquiridos fazem da gravidade destes problemas. A tabela seguinte (Tabela 3.1) procura responder a este desafio, ainda que de forma muito sucinta.

**Tabela 3.1 Problemas ambientais mais graves segundo género, idade e escolaridade.**

Problemas ambientais	Homens	Mulheres	< 25 anos	25-44 anos	45-64 anos	> 64 anos	S/grau de instrução	Básico (1 <sup>a</sup> +2 <sup>a</sup> +3)	Secund/Pós Secund.	Ensino Superior.
Poluição do ar	23,6%	17,4%	16,8%	23,5%	21,6%	16,1%	22,7%	21,8%	20,5%	14,5%
Químicos e pesticidas na agricultura	12,2%	15,2%	7,2%	12,8%	15,1%	15,5%	22,7%	11,2%	15,6%	16,4%
Escassez de água	34,1%	29,9%	27,4%	26,7%	32,2%	38,5%	32,8%	31,0%	31,6%	34,3%
Poluição de rios/ lagos/ albufeiras	19,4%	15,7%	12,7%	17,1%	19,1%	17,1%	17,6%	16,4%	22,8%	13,9%
Perda de biodiversidade	9,1%	12,1%	11,6%	16,7%	8,5%	6,6%	1,8%	10,9%	11,7%	12,3%
Excesso de lixo	23,1%	24,9%	41,9%	24,6%	21,7%	20,5%	13,5%	26,7%	24,2%	19,5%
Destruição da paisagem	11,9%	12,4%	12,1%	10,7%	13,9%	11,6%	13,8%	10,8%	12,3%	15,8%
Alterações climáticas	30,9%	25,4%	28,0%	33,4%	25,5%	25,0%	15,5%	26,7%	25,6%	39,3%
Alimentos geneticamente modificados	8,9%	10,5%	18,0%	10,9%	7,8%	8,2%	7,7%	11,0%	10,1%	6,2%
Crescimento dos subúrbios das cidades	10,1%	6,8%	4,9%	11,8%	8,7%	5,2%	5,0%	7,2%	9,6%	11,5%
Despovoamento do interior	17,2%	16,9%	12,0%	15,1%	16,7%	21,3%	6,2%	11,8%	25,4%	27,2%
Incêndios florestais	47,3%	46,2%	42,2%	43,6%	47,7%	50,3%	48,7%	47,8%	41,2%	49,3%
Poluição do mar/praias/oceanos	19,6%	25,5%	36,4%	21,6%	26,0%	15,3%	14,8%	23,1%	23,8%	23,2%
Poluição industrial	17,1%	16,1%	12,8%	17,8%	15,6%	17,6%	13,7%	13,8%	23,1%	18,3%
Ruído	7,3%	5,6%	9,7%	7,8%	4,4%	6,2%	5,7%	6,8%	7,3%	4,1%
Desperdício alimentar	21,5%	33,3%	36,1%	29,2%	28,9%	22,4%	20,7%	29,1%	28,9%	25,2%
Uso e descarte excessivo de plástico	12,8%	14,7%	5,0%	13,5%	16,6%	13,6%	13,3%	12,1%	14,7%	18,4%

Como se pode verificar a partir dos resultados expostos na Tabela 3.1, nem sempre as características sociográficas determinam diferentes posturas e avaliações dos problemas ambientais que mais preocupam os portugueses. Ainda assim, percebe-se uma maior tendência para uma valorização dos efeitos da poluição. Por exemplo, o uso de pesticidas e produtos químicos na agricultura e, por arrasto, os seus efeitos na saúde pública, a perda da

biodiversidade, a poluição dos mares e oceanos, o desperdício alimentar e a proliferação de plásticos no ambiente são problemas mais referidos pelas mulheres. Quanto aos homens destacam como mais importante a poluição do ar, a escassez de água potável e, conseqüentemente, a poluição de rios e albufeiras, as alterações climáticas e o crescimento desordenado dos subúrbios das grandes cidades.

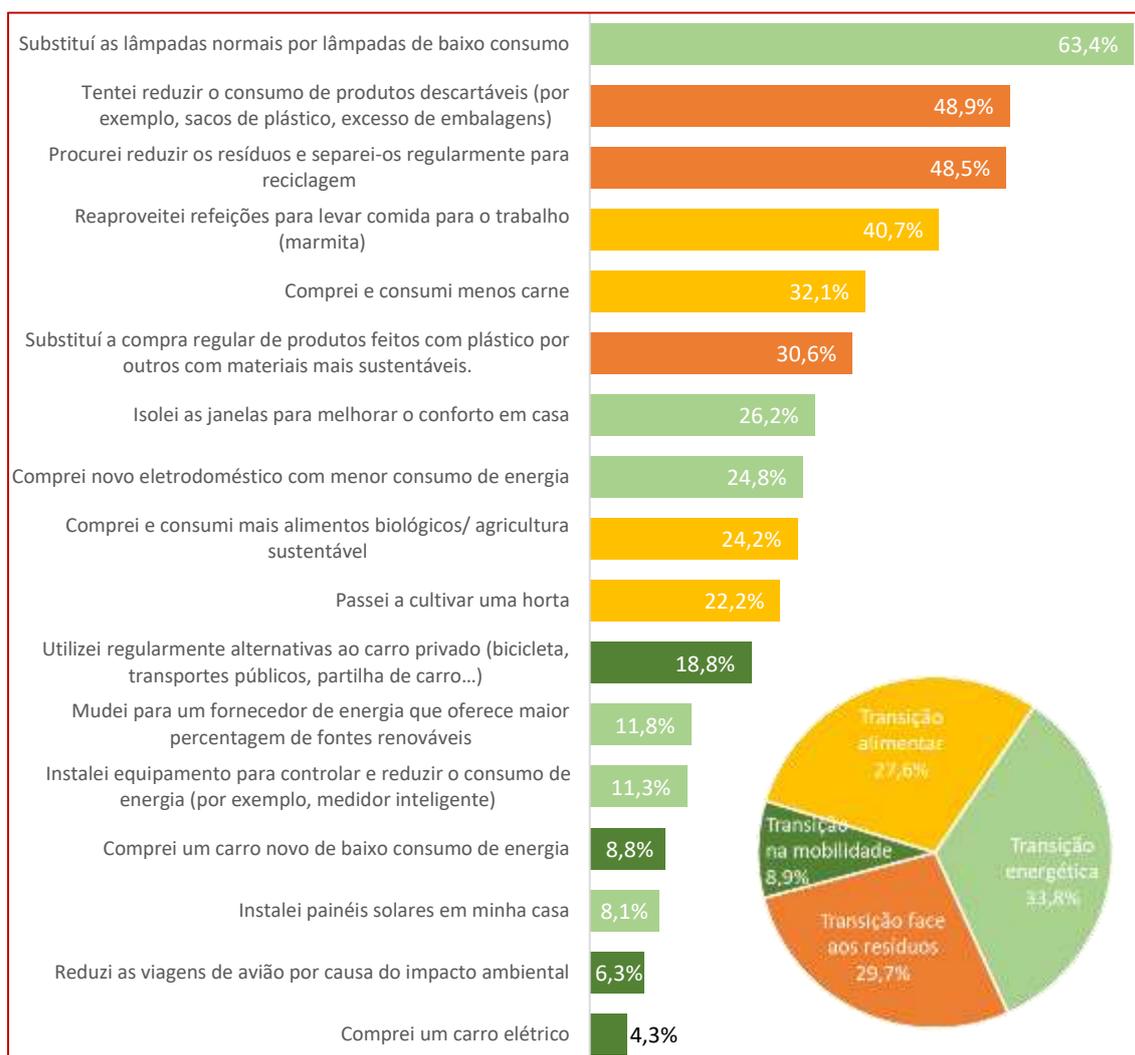
Poderíamos, portanto, dizer que independentemente do género, os portugueses estão preocupados com a degradação ambiental no território nacional e as suas prioridades dependem mais de preocupações gerais e transversais. Este padrão, aliás, parece também transversal a outras características sociais, com exceção da escolaridade. Neste caso há uma tendência notória para que os inquiridos sem instrução e, pelo menos em parte, mais idosos, se mostrem menos preocupados com os vários temas ambientais, nomeadamente, com a biodiversidade e as mudanças ambientais em geral.

Já quando comparamos esta questão com outra semelhante em 2018, verificamos que os portugueses aumentam a preocupação relativamente às alterações climáticas, aos incêndios florestais e à escassez de água potável.

Justifica-se, portanto, perceber **até que ponto se sentem os portugueses mobilizados para defender os valores ambientais**. Começamos, portanto, pelas medidas tomadas nos últimos tempos que se relacionam com uma maior sensibilidade ambiental (Figura 3.1).

Tratando-se de medidas que, podendo contribuir para a proteção do ambiente, concorrem também para fazer frente a dificuldades económicas, os portugueses terão aderido em massa a algumas destas medidas, como, por exemplo, **a substituição de lâmpadas normais por lâmpadas de baixo consumo** (63,4%) as quais, aliás, foram inicialmente oferecidas nas campanhas de arranque da sua promoção. Na mesma linha, o **reaproveitamento de refeições transportando a marmita para o local de trabalho** (40,7%), ou mesmo passar a **cultivar uma horta** (22,2%), prende-se com medidas de poupança que, iniciadas com a crise económica da ‘troika’, acabaram por se enraizar como hábito. Outras categorias surgem igualmente bem posicionadas já sem ligação à poupança, como é o caso da **redução do consumo de produtos descartáveis** (48,9%), o que se prende com uma sensibilidade particular ao excesso de plástico. Isto apesar de o país estar ainda muito longe de cumprir os compromissos assumidos nesta matéria na União Europeia.

**Figura 3.2 Medidas tomadas pessoalmente em defesa do ambiente**



Se agregarmos as categorias conforme o tipo de ações – transição energética, transição alimentar, transição na mobilidade e transição face aos resíduos –, verificamos que é a **transição na mobilidade** que se destaca pela negativa, muito provavelmente porque também é a categoria que exige maiores investimentos tanto pessoais (e.g. compra de carro novo) como infraestruturais (e.g. faixas para bicicletas ou transportes públicos eficientes). Talvez por isso, são os inquiridos que declaram maiores rendimentos os que, mesmo assim, mais aderem a este tipo de ações, reservando-se os economicamente menos favorecidos às ações e medidas que menores custos representam (i.e., escolha de transportes alternativos ao carro, como a bicicleta ou a mudança para transportes públicos (18,8%). Importa ainda salientar que o automóvel é o meio de transporte mais utilizado pelos inquiridos sempre que não se deslocam a pé. **A larga maioria (66,8%) utiliza o automóvel privado frequentemente ou muito frequentemente**, enquanto que **apenas 23,3% referem essa frequência de utilização dos transportes públicos**.

Pela positiva surgem acima de tudo ações para **transição energética** – em que, além da **substituição das lâmpadas, temos o isolamento das janelas a atingir 26,2%**. Neste grupo de ações destacam-se as mulheres, os grupos etários intermédios que, normalmente, assumem a responsabilidade da gestão doméstica e, ainda, os inquiridos de maiores rendimentos.

No que diz respeito às ações de **transição alimentar**, destacam-se, para além da **generalização da marmita, a redução de consumo de carne (32,1%) e a compra de produtos de agricultura biológica que tem vindo a aumentar nos últimos anos e alcança agora 24,2% dos inquiridos**, embora a crise económica possa vir a afectar estes consumos. Globalmente, e apesar da ideia ainda prevalente de “produtos mais sustentáveis e saudáveis, mas também mais caros”, os inquiridos de menores rendimentos até alcançam percentagens superiores nesta categoria (talvez o recurso à marmita explique a diferença), juntando-se-lhes os mais jovens e, mais uma vez, as mulheres.

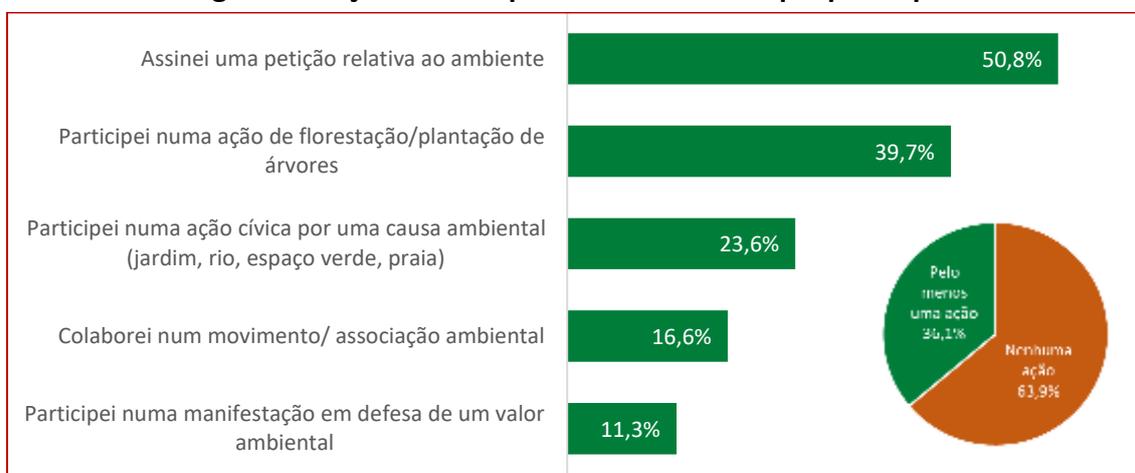
Finalmente, a **transição face aos resíduos – a redução dos descartáveis, a separação e evitar plásticos** - é liderada, mais uma vez, pelas mulheres e pelos grupos etários intermédios, o que quer dizer, por aqueles que detêm responsabilidades maiores na gestão do quotidiano doméstico, melhor posicionados para escolher compras mais adequadas quer do ponto de vista ambiental, quer do ponto de vista da saúde familiar.

**Em suma**, os períodos de confinamento que, na altura em que o inquérito decorreu apenas estavam a terminar, bem como algum caminho de sensibilização anterior, parecem ter feito o seu caminho, potenciando práticas ambientais que já vinham da crise financeira de 2008-2015 e se instalaram definitivamente como hábitos: foi o caso **do uso da marmita e de outras práticas ambientalmente positivas que ora se associam a questões de saúde (e.g. consumir menos carne e mais alimentos de produção biológica), ora decorrem de incentivos financeiros do Estado associados à transição energética (e.g., instalação de equipamentos mais eficientes, mudança de janelas)**, ora emergem como ações mais proativas no caminho, ainda assim muito insuficiente, para a sustentabilidade (e.g. redução de resíduos e procura de alternativas aos plásticos). Aliás, considerando as políticas públicas mais antigas nesta matéria – separação e reciclagem de resíduos – ainda abrangem bem menos de metade da população.

Quando se passa para outro tipo de **ações de mobilização coletiva e práticas participativas** proativas, verifica-se que, em termos gerais, e considerado um conjunto de ações, mais de um

terço dos inquiridos (36,1%) declara já ter participado numa qualquer iniciativa em defesa do ambiente. (Figura 3.3).

**Figura 3.3 Ações cívicas pró-ambientais em que participou**



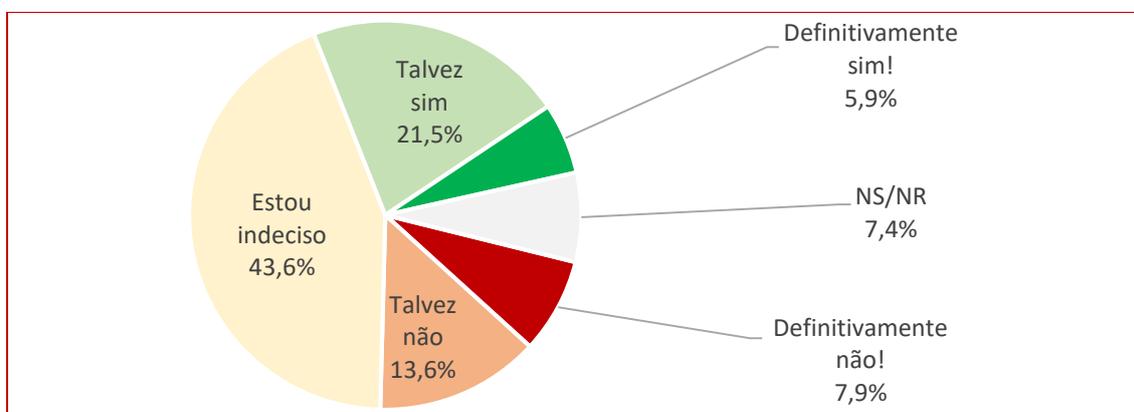
Dos que desenvolveram, pelo menos uma das atividades expostas na Figura 3.3, cerca de metade já **assinou uma petição relativa ao ambiente** (50,8%), uma prática que tem vindo a aumentar nos últimos anos<sup>3</sup> e que merece particular interesse entre as mulheres com filhos, inquiridos mais instruídos e trabalhadores independentes. Segue-se a participação numa **ação de defesa da floresta** – com uma subida de 9% relativamente a 2018 – que mobiliza, sobretudo, os estudantes (39,4%). A **defesa de uma qualquer causa ambiental** (cerca de ¼ dos inquiridos) mobiliza maioritariamente e mais uma vez, as mulheres, os mais instruídos e estudantes e trabalhadores independentes, tal como a **colaboração com movimentos e associações ambientalistas e as manifestações em defesa de valores ambientais** mantêm este mesmo padrão de interessados, sendo que no caso da participação em manifestações sobressaem os mais novos, o que se ligará também às ‘greves climáticas’ iniciadas em 2018.

Tendo em vista que os recursos do nosso planeta são limitados e que estamos a extrair e a utilizar mais do que aqueles que o planeta pode fornecer, e que os processos transformativos – leia-se transição energética, alimentar e outras – são essenciais para a sustentabilidade planetária - como sentem os portugueses que o país se posiciona perante a chamada “Transição Verde”, ou seja, face à promoção de uma utilização equilibrada de recursos naturais que impeça

<sup>3</sup> Por exemplo, em 2014, quem assinava petições em Portugal não ultrapassava os 7,3% (ESS6 – European Social Survey, 2014). Mesmo tendo em conta que os 50,8% agora registados se referem exclusivamente a quem desenvolveu, pelo menos uma ação (36,1%), a percentagem de inquiridos quase triplicou relativamente a 2014.

o seu esgotamento? Para uma larga percentagem de portugueses o que sobressai é, sobretudo, a sua incapacidade para julgar o percurso feito pelo país e as medidas que têm (ou não) vindo a ser tomadas (Figura 3.4).

**Figura 3.4 Portugal está no bom caminho para realizar a Transição Verde?**



Com efeito, se juntarmos os indecisos com os que não sabem, ou não querem responder, 51% dos inquiridos não se posicionaram quanto à avaliação do país em termos de opções mais ou menos sustentáveis. Entre os restantes, há um maior número de inquiridos (cerca de 27%) que acreditam que o país poderá estar no bom caminho; enquanto cerca de 21% tem uma visão pessimista relativamente à trajetória do país para a transição verde. Acima de tudo regista-se uma indecisão por parte de metade da população inquirida sobre as medidas e caminhos para uma transição verde.

De acordo com este conjunto de resultados, regista-se, por um lado, alguma **influência mediática na formação das principais preocupações ambientais – incêndios e seca foram os temas mais mediatizados logo desde o início do verão de 2022**. Mas a **preocupação geral com os problemas ambientais está cimentada, e só a premência de questões socioeconómicas graves, como a fome e a pobreza, desviam o foco dos portugueses relativamente à situação que, globalmente lhes parece preocupante, a do ambiente**. Nesta área continua a crescer uma apreensão generalizada da maioria dos inquiridos que, por isso, começam a agir (por moto próprio, ou coletivamente), sobretudo, entre os grupos sociais mais jovens e mais instruídos.

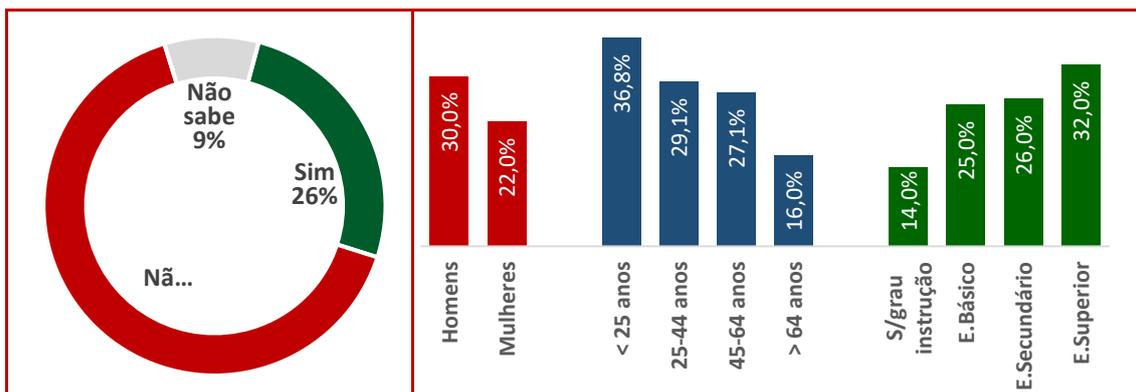
## 4 Impactos da pandemia

Da pandemia Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, decorreram consequências não apenas de ordem biomédica e epidemiológica, mas também de ordem social, económica, política e cultural que ainda perduram. Assistimos assim a uma transmutação social que parece, pelo menos em parte, ter-se firmado no tempo, num processo complexo de negociação, disputas e produção de consensos e práticas sociais adaptadas às novas condições de interação social.

Assim, uma das temáticas inquiridas pretendia perceber **de que forma a pandemia da COVID 19 afetou as práticas de trabalho, lazer, consumo, habitação, ou mobilidade dos portugueses.** Neste bloco de questões interessava primeiro perceber se a população portuguesa considerava que a crise sanitária já tinha passado. A maioria dos portugueses (66%) aquando da aplicação do inquérito (Junho de 2022) **sentia que a crise COVID 19 se mantinha, não ultrapassando os 26% aqueles que consideravam já ter sido superada.** Tal como, aliás, sentiam relativamente à crise económica / intervenção da troika (2011-2015) no inquérito aplicado em finais de 2018.

Entre as variáveis analisadas que poderiam ter efeitos sobre a proporção de uma ou outra opinião, verifica-se um forte efeito da escolaridade, já que a percentagem dos que consideram que a crise já passou aumenta à medida que sobe o grau de instrução, e essa opinião é expressa por apenas 14% dos que não possuem qualquer grau de instrução e chega a 32% entre os que têm formação superior (Figura 4.1).

**Figura 4.1 Fim da crise sanitária segundo o género, idade e escolaridade**



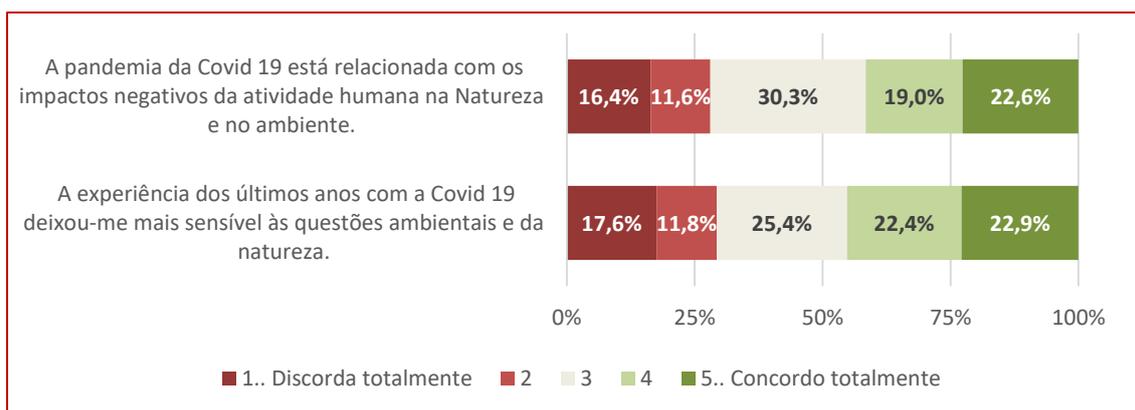
Os efeitos do género e da idade são menores mas observáveis (ver Figura 4.1): são mais os homens que consideram ter sido superada a crise pandémica e essa opinião é mais frequente no escalão dos menores de 25 anos, diminuindo com a idade.

Uma das primeiras dimensões dos impactos da experiência pandémica sondada pelo inquérito foi a da relação entre essa experiência e as conceções sobre os efeitos da atividade humana na natureza e no ambiente. Por um lado, pretendia-se equacionar essa relação do ponto de vista

das suas consequências, ou seja, relativamente ao efeito da vivência deste período sobre a sensibilidade às questões ambientais e na Natureza. Por outro lado, equacioná-la do ponto de vista das causas, isto é, sobre os possíveis efeitos da degradação ambiental e da pressão sobre a Natureza na emergência e propagação global da COVID 19.

Os resultados demonstram que a **experiência da pandemia teve implicações na forma como muitos portugueses se passaram a relacionar com os valores naturais**. Quase metade (45,3%) concorda que a experiência dos últimos anos com a COVID 19 os deixou mais sensíveis às questões ambientais e da Natureza, e os que consideram que a pandemia está relacionada com os impactos negativos da atividade humana na Natureza e no ambiente chegam aos 42%. São números expressivos que demonstram preocupação por parte de um conjunto significativo de inquiridos com os efeitos da degradação ambiental sobre a propagação de doenças nocivas para os humanos.

**Figura 4.2 Relação entre a crise pandémica e a degradação ambiental**



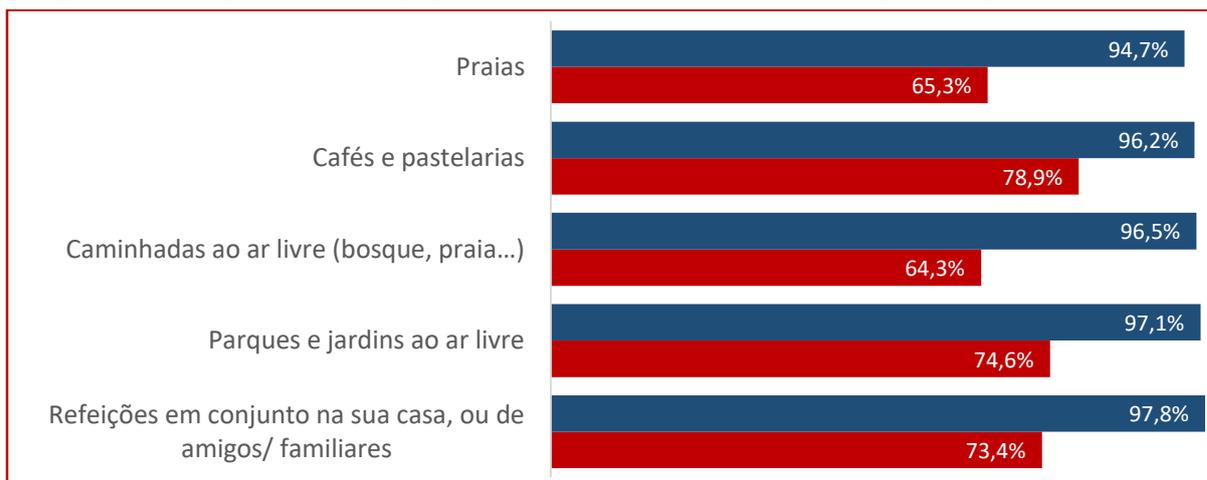
A COVID 19 teve igualmente impacto na realização de atividades quotidianas e, por exemplo, na frequência de espaços de lazer e consumo. Quer em **atividades de elevada frequência como refeições em conjunto com amigos/familiares, caminhadas ao ar livre ou idas a parques e jardins**, quer em atividades de baixa frequência como idas a teatros ou cinema, eventos desportivos ou concertos e festivais de música. Após terem passado pela experiência da pandemia, os inquiridos parecem ter redobrado a vontade de convívio e partilha dentro e fora de portas, entre familiares e amigos, ou entre multidões.

Em todos os possíveis locais de visita considerados no inquérito registou-se um aumento no número de pessoas que os frequenta atualmente em comparação com o momento anterior à pandemia, e mesmo os espaços que eram anteriormente visitados por poucas pessoas contaram com muitas mais, ainda que continuem a ser visitas pouco ou nada frequentes. Em espaços que pelo menos 30% dos inquiridos afirma visitar frequentemente registaram-se subidas

significativas (Figura 4.2). Mas também aqui, apesar das tendências globais, é possível identificar algumas especificidades nas práticas de lazer e consumo dos inquiridos.

De facto, como já se vinha verificando nos inquéritos anteriores, **a frequência de ‘Parques e jardins ao ar livre’ incrementou-se e instalou-se como prática regular**. Já as **‘caminhadas ao ar livre’ passaram a ser uma necessidade física e mental durante a pandemia e agora um hábito que se instalou**.

**Figura 4.3 Frequência de espaços de lazer e consumo antes e depois da pandemia**



Cruzando com as variáveis de caracterização, verifica-se que, globalmente, nas cinco categorias de espaços visitados mais frequentemente, mais formação implica mais idas a estes espaços de lazer, com exceção dos Cafés e Pastelarias onde todos passaram a ir mais (Tabela 4.1).

De resto, é sempre entre os inquiridos com formação superior que os valores médios da frequência dos diversos locais e actividades são mais elevados. A frequência da praia é a actividade em que a diferença entre categorias é maior, sendo especialmente menos frequente entre os menos escolarizados. As diferenças de médias por género e idade são pequenas. Ainda assim é relativamente às caminhadas ao ar livre que existem as maiores diferenças entre médias de frequência a nível etário, sendo mais frequentes entre inquiridos em idade activa (45 a 64 anos) e menos frequentes para o escalão mais jovem.

**Tabela 4.1 Impactos da pandemia segundo o género, a idade e a escolaridade**

	Homens	Mulheres	< 24 anos	25-44 anos	45-64 anos	> 64 anos	S/grau de instrução	Básico (1 <sup>a</sup> +2 <sup>a</sup> +3)	Secund/Pós Secund.	Ensino Superior.
Sensib. ao Ambiente e natureza (a)	3,15	3,26	3,21	3,16	3,25	3,23	3,42	3,30	3,29	<b>2,79</b>
Pandemia e atividade humana	3,15	3,24	3,25	<b>3,03</b>	3,22	<b>3,35</b>	<b>3,50</b>	3,23	3,21	2,99
Parques e jardins ao ar livre (b)	3,38	3,37	3,40	<b>3,94</b>	3,76	3,47	2,75	3,28	3,54	<b>3,66</b>
Caminhadas ao ar livre	3,34	3,38	3,02	3,84	<b>3,91</b>	3,42	2,89	3,26	3,48	<b>3,69</b>
Refeições em conjunto	<b>3,41</b>	3,27	3,33	<b>3,86</b>	3,73	3,38	2,94	3,30	3,32	3,61
Cafés e pastelarias	<b>3,29</b>	3,09	3,75	3,77	3,50	3,38	3,02	3,24	2,98	3,37
Praias	2,85	2,81	3,33	3,38	<b>3,59</b>	3,15	<b>2,05</b>	2,73	3,02	<b>3,18</b>
Redist. das despesas domésticas (c)	3,78	3,77	<b>3,86</b>	3,69	3,71	<b>3,94</b>	3,81	3,77	3,74	3,83
Uso da casa de banho, cozinha	4,07	4,08	<b>4,15</b>	3,99	4,01	<b>4,22</b>	4,03	4,06	4,11	4,09
Uso da sala (espaços comuns)	4,05	4,07	<b>4,02</b>	4,03	3,99	<b>4,21</b>	4,01	4,07	4,08	4,03
Partilha de equipamentos	4,08	3,98	<b>3,88</b>	3,97	4,03	<b>4,17</b>	4,09	3,98	4,12	4,05
Partilha da rede de comunicações)	4,14	4,12	<b>4,22</b>	4,07	4,09	<b>4,22</b>	4,04	4,10	4,20	4,13
Tarefas domésticas	4,08	4,08	<b>4,15</b>	4,04	4,01	<b>4,18</b>	3,96	4,07	4,13	4,08
Apoio adicional a familiares	3,97	3,91	<b>4,09</b>	3,83	3,86	<b>4,11</b>	4,00	3,98	3,96	<b>3,75</b>

Valores representam médias de repostas de acordo com a escala de likert (mínimo = 1, máximo = 5) e com os seguintes significados: a) concordância, b) frequência, c) facilidade.

Quanto aos impactos da pandemia dentro de casa, a percentagem de inquiridos que consideraram essas atividades fáceis ou muito fáceis varia entre 55% no caso da **redistribuição das tarefas domésticas e 72% no caso da partilha da rede de comunicações (internet)**. Apenas a redistribuição das despesas domésticas e o apoio adicional a familiares foram consideradas atividades difíceis de concretizar por mais de 10% dos inquiridos. A avaliação que os inquiridos fizeram das dificuldades encontradas na sua vida doméstica durante os confinamentos varia pouco entre géneros ou níveis de escolaridade. A maior diferença que é possível encontrar entre categorias dessas variáveis diz respeito ao apoio adicional a familiares, aspeto que se revelou mais difícil de concretizar para os inquiridos com o ensino superior do que para os inquiridos com níveis de escolaridade mais baixos. Já as diferenças entre escalões etários são ligeiramente maiores. Os inquiridos com mais de 64 anos são os que consideram ter sido mais fácil a concretização das várias atividades, e são acompanhados nessa avaliação mais positiva pelos menores de 25 anos, com exceção do **uso da sala e partilha de equipamentos como o computador, casos em que os inquiridos com menos de 25 anos foram os que sentiram mais dificuldades**.

Outra dimensão dos possíveis impactos da pandemia sobre a vida quotidiana dos portugueses diz respeito à necessidade de mudar de casa ou de receber familiares, motivada quer por períodos de isolamento de membros da família, pela transição massiva para o regime de teletrabalho, ou ainda por razões ligadas ao cuidado de familiares. Os resultados mostram que nos últimos dois anos houve uma proporção não residual de pessoas (8,3%) que mudaram de casa, havendo ainda um número reduzido (5,7%) que mudaram para casa de familiares, receberam familiares em sua casa ou sentiram necessidade mas não tiveram possibilidade de mudar de habitação.

## 5 Estilos de vida e transição

Os estilos de vida das sociedades atuais, nomeadamente a portuguesa, assentam em práticas muito intensivas de consumo de recursos naturais que, globalmente, se vem mostrando insustentáveis. Segundo o relatório ***Planeta Vivo 2020 (WWF, 2020) Portugal precisava de 2,57 planetas para sustentar o seu estilo de vida***, registando-se inclusive um aumento entre 2018 e 2020. De facto, as últimas décadas tornaram evidente a incapacidade das sociedades atuais conciliarem o uso de recursos naturais com a sustentabilidade, seja ela vista de forma mais circunscrita ao ambiente e à natureza, seja abordada de forma mais holística, envolvendo outras dimensões igualmente ameaçadas pela escassez e degradação ecológica, como a economia e, claro, o bem-estar social. Preconiza-se, assim, uma mudança transformadora das práticas de consumo não apenas para assegurar as condições de habitabilidade do Planeta das gerações futuras, mas inclusivamente já as desta geração. Essa transformação ou transição verde terá de assegurar a mudança para sistemas de produção e consumo mais sustentáveis, não perdendo de vista uma monitorização e resolução eficaz dos potenciais impactos sociais, económicos e ambientais implicados nessa transição.

### 5.1 Perfis de consumo

Analisando agora em maior detalhe os perfis e orientações de consumo que poderão estar mais alinhados numa trajetória para a sustentabilidade, foi colocada uma questão, já ensaiada aliás em anteriores edições do inquérito, baseada numa tipologia de perfis de consumidor adaptada do trabalho de Gabriel e Lang (2015). Cada um dos seis perfis parte de um conjunto de afirmações cujas respostas permitem compor diversas dimensões correspondentes a orientações gerais de consumo (Figura 5.1). Estas dimensões incidem sobre constrangimentos económicos (perfil do consumidor estrangulado), o prazer e gosto que se tem a comprar bens e serviços (perfil do consumidor hedonista), a opção por consumir bens e serviços produzidos pelo próprio (perfil do prosumidor), a procura da máxima variedade e diversidade de bens e serviços (perfil do consumidor escolha), a procura de bens e serviços com poucos impactos ambientais e sociais (perfil do consumidor ético) e a preferência pelos modos frugais de consumo (perfil da suficiência).

Tal como nos dois anteriores inquéritos, de uma forma geral, os portugueses identificam-se com todos os perfis de consumidor indo ao encontro do que Gabriel e Lang afirmam sobre a **pluralidade de facetas de consumo e a heterogeneidade dos consumidores**. Como se verifica na Figura 5.1, neste inquérito o perfil hedonista foi, porém, o único que recolheu uma concordância mais moderada (com uma média de 3 numa escala de 1 a 5). Os dois perfis que

recolhem concordância mais forte (o ‘constrangido’ e o ‘prosumidor’ com média de 4) são lgo seguidos dos perfis da ‘suficiência’, ‘ético’ e ‘escolha’ que se aproximam muito da média de 4 (3.9 e 3.8).

**Figura 5.1 - Perfis de consumo (médias)**

Constrangido	Hedonismo	Prosumidor	Ativo/Ética	Livre Escolha	Suficiência
4,0	3,0	4,0	3,8	3,8	3,9
Conseguir gerir um orçamento muito limitado.	Ter prazer em ir às compras.	Aprender competências para fazer as minhas próprias coisas	Defender os meus princípios através do que compro.	Ter o maior número possível de escolhas.	Perceber que o consumo não me traz necessariamente bem-estar.
4,1	3,1	4,0	3,8	3,9	3,8
Poupar o máximo para conseguir cobrir as despesas do mês.	Gostar de comprar coisas novas.	Fazer ou reparar as minhas coisas (“faça você mesmo”)	Comprar produtos que respeitem os direitos ambientais e sociais.	Poder decidir entre muitos produtos/ serviços diferentes.	Sentir-me bem por consumir menos, de forma consciente e ponderada.
4,2	3,1	4,0	4,0	3,8	4,0
Usar como principal critério de compra o preço mais baixo.	Comprar produtos pela sua boa aparência.	Produzir eu próprio sempre que possível.	Boicotar marcas ou produtos que têm más práticas sociais e ambientais.	Ter à disposição um conjunto grande e variado de opções.	Decidir não comprar produtos, apesar de ter dinheiro para o fazer.
3,9	2,9	3,9	3,6	3,8	4,0

Destaca-se assim um cluster de 5 perfis (que exclui o hedonista) que apenas se diferencia mais finamente quando analisamos os indicadores que compõem cada um dos perfis. Os resultados apontam para uma maior identificação com a **poupança e a gestão de um orçamento limitado (constrangido)**, logo de seguida surgem indicadores associados à aprendizagem de competências para fazer as próprias coisas bem como a valorização da cultura do ‘faça você mesmo’ (prosumidor). Estes indicadores do prosumidor têm a mesma média que **‘comprar produtos que respeitem os direitos ambientais e sociais’ do perfil ético** bem como de dois indicadores da suficiência: um que se prende com a compreensão de que ‘o consumo não traz necessariamente bem-estar’ e com a decisão de reduzir a atitude consumista mesmo que haja folga financeira para o fazer. Estes são os indicadores que, no seu conjunto, tiveram médias de concordância mais elevadas (entre os 4.0 e os 4.2). O indicador com média menos elevada (2.9) foi a compra de produtos pela sua boa aparência, incluído no perfil do consumidor hedonista.

O cruzamento com as características sociodemográficas revela também algumas diferenças importantes a assinalar. Assim, as orientações de consumo estão associadas, por um lado, com os rendimentos subjetivos, já que é entre os inquiridos que consideram que o seu rendimento dá para viver razoável ou confortavelmente que existe uma maior orientação para os perfis do consumidor ‘hedonista’, ‘ético’ e ‘livre-escolha’ (Tabela 5.1).

**Tabela 5.1 - Perfis de consumo segundo género, idade, escolaridade e rendimento percebido**

	Ativo/Ética	Constrangido	Hedonismo	Livre Escolha	Prosumidor	Suficiência
Masculino	3,75	3,96	3,05	3,83	3,89	3,86
Feminino	3,87	4,13	3,02	3,85	4,03	4,00
<25	3,80	3,97	3,50	3,92	3,99	3,80
25-44	3,78	4,06	2,97	3,80	3,99	3,90
45-64	3,80	4,06	2,97	3,85	3,90	3,98
>64	3,88	4,04	3,04	3,83	4,02	3,96
Sem grau de instrução	3,69	<b>4,05</b>	3,21	3,74	3,97	3,87
Ens. Básico (1º+2º+3)	3,76	4,09	3,05	3,85	4,03	3,86
Ens. Secund. + Pós Secund.	3,87	3,99	3,12	3,89	3,90	3,99
Ens. Sup.	<b>3,98</b>	3,99	2,82	3,76	3,84	<b>4,12</b>
O rendimento atual permite-me viver confortavelmente	<b>3,96</b>	3,95	<b>3,20</b>	<b>3,93</b>	3,89	<b>3,95</b>
O rendimento atual dá para viver razoavelmente	<b>3,82</b>	4,02	3,02	3,86	3,95	<b>3,93</b>
É difícil viver com o rendimento atual	3,70	4,13	2,92	3,71	4,00	3,90
É muito difícil viver com o rendimento atual	3,77	<b>4,25</b>	3,04	3,83	<b>4,12</b>	<b>4,01</b>
Total	3,82	4,05	3,03	3,84	3,97	3,93

Por outro lado, a escolaridade e a idade são diferenciadoras já que os inquiridos com o nível escolar superior apresentam uma maior identificação com o consumidor da “suficiência” e “ético” e menor com o perfil “hedonista”. Este último é o único que recolhe maior identificação por parte dos jovens até aos 25 anos em comparação com os outros escalões etários, porventura por atribuírem maior significado ao prazer e à diversão nas compras, os consumos por impulso regidos pelos desejos e caprichos das práticas de lazer, bem como a atenção à aparência estética/sensorial e distintiva dos bens que adquirem. Em relação ao género as mulheres estão mais orientadas do que os homens para os perfis do ‘constrangido’, ‘prosumidor’, ‘suficiência’ e, um pouco mais abaixo, também do ‘ético’.

Apesar de ser necessário alguma cautela na comparação destes resultados com os dos anteriores inquéritos (já que foram suprimidos dois perfis e fizemos mudanças de estilo nas

frases que compõem os perfis), o **consumidor constrangido continua a ser predominante entre os inquiridos**, mas o **prosumidor já conquista a mesma importância neste inquérito**, bem como o suficiente. Estes perfis são **seguidos de muito perto pelo consumidor ético** e o livre-escolha. No fundo o cluster de perfis com que os portugueses mais se identificam neste e em anteriores inquéritos mantém-se indicando que **há duas orientações de consumo relevantes a consolidar-se**. Por um lado, uma orientação forte para o **consumo mais refreado e de poupança por questões de foro económico no contexto atual de inflação e aumento do custo de vida**, mas por outro lado, um perfil de consumidor, já não emergente como anteriores edições, mas a consolidar-se, cada vez mais atento aos impactos sociais e ambientais do consumo e também **apostando na contenção e frugalidade na compra de bens e serviços, por ventura, indo além das preocupações económicas e mostrando uma maior consciência dos limites do planeta**. Neste sentido o consumidor suficiente bifurca-se, ora estando mais próximo do consumidor constrangido, ora estando mais próximo do consumidor ético e do prosumidor. O recorte sociodemográfico ajuda depois a esclarecer os grupos sociais mais próximos do suficiente **constrangido – populações economicamente mais vulneráveis, mais idosas e com níveis de escolaridade mais baixas –, e do suficiente ético – grupos com mais escolaridade e com rendimentos que permitem viver de forma razoável ou confortável**.

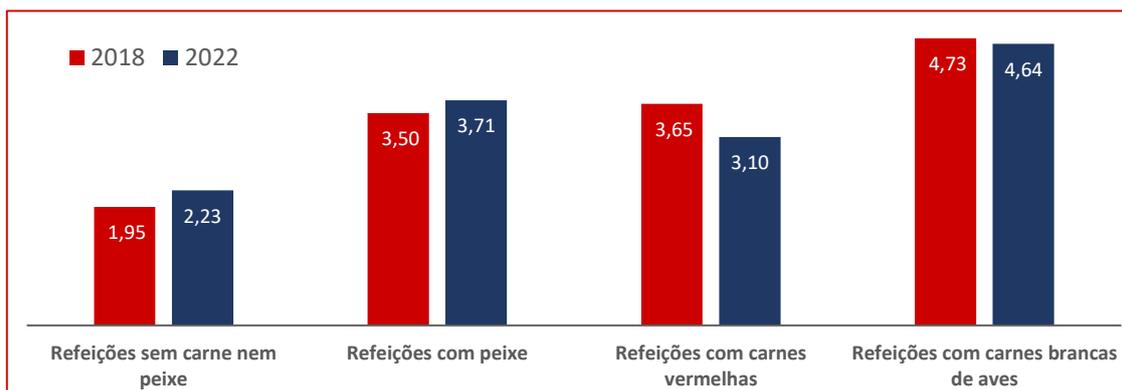
## 5.2 Práticas, preocupações e políticas alimentares

Uma das dimensões da transição que é particularmente importante do ponto de vista dos seus impactos ambientais, nomeadamente na degradação dos solos, na perda de biodiversidade, na utilização de recursos como a água e a energia, e no contributo para agravar as alterações climáticas é o sector agroalimentar e pecuário. O tema da alimentação foi objeto de foco no inquérito de 2018. Nesta edição as questões incluídas visavam conhecer as práticas alimentares dos inquiridos em relação aos critérios de compra, os locais de aquisição de bens, a frequência de consumo de carne, a informação sobre alimentação e as preocupações associadas à escolha de produtos alimentares. Também se abordou o posicionamento dos portugueses face a várias possíveis medidas a tomar em contexto de alimentação escolar.

**Um dos aspetos centrais da transformação alimentar é a redução do consumo da proteína animal.** Sabemos que em Portugal os produtos de origem animal constituem uma parte muito substancial das refeições típicas ao almoço e jantar. Repetimos neste inquérito a mesma questão sobre o consumo de refeições tal como tinha sido formulada em 2018, e constata-se em 2022 uma diminuição da frequência do consumo de carne, assim como o aumento da importância das refeições de base vegetal (Figura 5.2). Nas refeições típicas ocorreu uma

diminuição no consumo de carnes vermelhas (bovino e porco), que passou de 3,65 para 3,10 refeições por semana. Também se registou uma ligeira descida da média semanal de refeições com carnes brancas (frango, peru), que passou de 4,73 para 4,64; um pequeno aumento do número médio de refeições de peixe, que passou de 3,50 para 3,71 e um ligeiro aumento da média semanal de refeições sem carne nem peixe, de 1,95 para 2,23.

**Figura 5.2 - Consumo médio de refeições de carne, peixe e de base vegetal numa semana regular**



Considerando os resultados a partir de variáveis explicativas como o género, idade e escolaridade verifica-se que todas têm alguma influência na distribuição das frequências de consumo declarado de refeições semanais típicas. São, por exemplo, as mulheres que mais frequentemente consomem refeições de base vegetal (média de 2,56 em comparação com 1,84 entre os homens) e menos vezes incluem as carnes vermelhas nas suas refeições (média de 2,73, em comparação com 3,54 entre os homens). Tendências que corroboram os resultados do inquérito anterior. Os padrões de consumo de carne e peixe são muito influenciados pela idade, destacando-se desde logo o consumo de carnes brancas mais frequente entre os jovens até aos 24 anos e o consumo de peixe mais prevalente nos inquiridos com mais de 64 anos. Existe, além disso, uma tendência de variação gradual com a idade nos dois casos, em que aumenta o consumo de peixe e diminui o de carnes brancas.

A diferença mais relevante no que toca ao consumo de carnes vermelhas é entre os inquiridos até aos 44 anos, sendo nestas idades mais frequente, mesmo porque estão aqui as famílias com crianças que apresentam também um maior consumo deste tipo de carnes. Os inquiridos com mais de 64 anos são os que consomem menos refeições com carnes vermelhas. As refeições de base vegetal variam menos de frequência com a idade mais são mais comuns entre os inquiridos com mais de 64 anos. As diferenças por grau de escolaridade são também relevantes: o consumo de carnes brancas aumenta com a escolaridade; o consumo de carnes vermelhas é maior entre os que têm pelo menos mas não mais do que o ensino básico completo; as refeições de peixe

são mais comuns entre os que não têm qualquer nível de instrução completo; e, por último, as refeições de base vegetal são mais comuns entre os menos escolarizados e os mais escolarizados, o que sugere a existência de dois perfis de consumo de refeições sem carne nem peixe tal como também já tinha sido detetado no anterior inquérito. Há aqui um provável efeito de classe já que as pessoas com maior escolaridade e de classe social mais elevada tendem a ter hábitos de consumo mais saudáveis, ingerindo mais frutas e vegetais e menos carnes com gorduras saturadas.

Já os que tem mais dificuldades económicas, muitas vezes um proxy de níveis de escolaridade mais baixos, acabam por ter um consumo de carne mais incerto, sendo muitas vezes a sopa a refeição de conforto do dia. Quando se consome carne esta é muitas vezes de pior qualidade, mais barata e muito processada (e.g. salsichas, hambúrgueres, entre outras). O cruzamento com o rendimento percebido revela algumas tendências nesse sentido: com o aumento do rendimento tornam-se mais frequentes as refeições com carne de aves e diminui a de refeições sem carne nem peixe. Com as refeições de peixe destaca-se o consumo menos frequente por parte de quem tem rendimentos mais baixos, variando menos nas outras categorias de rendimento.

No que concerne aos critérios de seleção alimentar observa-se que as formas de produção, ainda que consideradas importantes por quase metade dos inquiridos (46%), são ainda pouco valorizadas face a critérios relativos à relação qualidade/preço percebida (Figura 5.3).

**Figura 5.3 - Critérios de escolha dos alimentos**

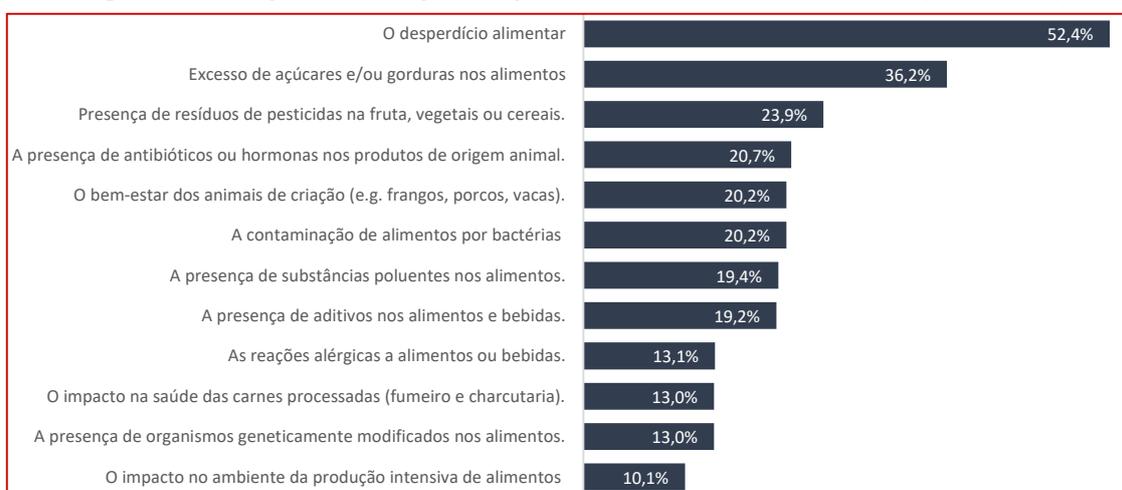


Os critérios que foram considerados importantes ou muito importantes por mais inquiridos foram a frescura (92%), ter um preço justo (87%), o prazo de validade (84%), ser um produto saudável (84%) e ter bom aspeto (84%). Ainda no que respeita à forma de produção dos

alimentos deve realçar-se que a importância concedida a este critério diminuiu em comparação com as edições anteriores (de 3,6 em 2016 e 2018 para 3,2 em 2022). De qualquer modo o padrão sociodemográfico detetado em anteriores edições do inquérito emerge de novo em 2022: são as mulheres, os inquiridos até aos 64 anos, assim como os mais escolarizados, que mais dão importância à forma de produção. Pelo contrário são os mais velhos e os inquiridos que não completaram nenhum grau de ensino que menos referem esta preferência.

Numa outra questão pedia-se aos inquiridos que assinalassem até três das suas principais preocupações com os alimentos (Figura 5.4).

**Figura 5.4 - Aspetos mais preocupantes do consumo alimentar (escolha 3)**



À semelhança do que aconteceu na edição de 2018 a única resposta que foi assinalada por mais de metade das pessoas que responderam ao inquérito foi o desperdício alimentar (53% em 2022, tinha obtido 63% em 2018), seguindo-se o excesso de açúcares ou gorduras nos alimentos (36%). Abaixo dos 30% de respostas surgem as preocupações com a contaminação dos alimentos por resíduos (pesticidas, antibióticos e hormonas), ingredientes nocivos ou bactérias, e ainda o bem-estar dos animais de criação, o qual subiu na escala de importância no presente inquérito, face ao de 2018. Em consonância com o referido acima acerca dos critérios de escolha, o impacto no ambiente das formas de produção intensiva tem um lugar pouco importante nas preocupações ligadas ao consumo alimentar: são referidas apenas por 10% dos inquiridos. O cruzamento destas duas variáveis produz diferenças entre escalões etários no caso do desperdício alimentar (os mais jovens são os mais preocupados) e mostra que a preocupação com os impactos no ambiente sobe com o aumento da escolaridade. Ainda assim, mesmo entre os mais escolarizados há apenas 16% de inquiridos que assinalaram o impacto no ambiente da produção intensiva de alimentos. As diferenças existentes apontam no sentido de que o contraste entre a preocupação com o desperdício alimentar e o impacto da produção intensiva

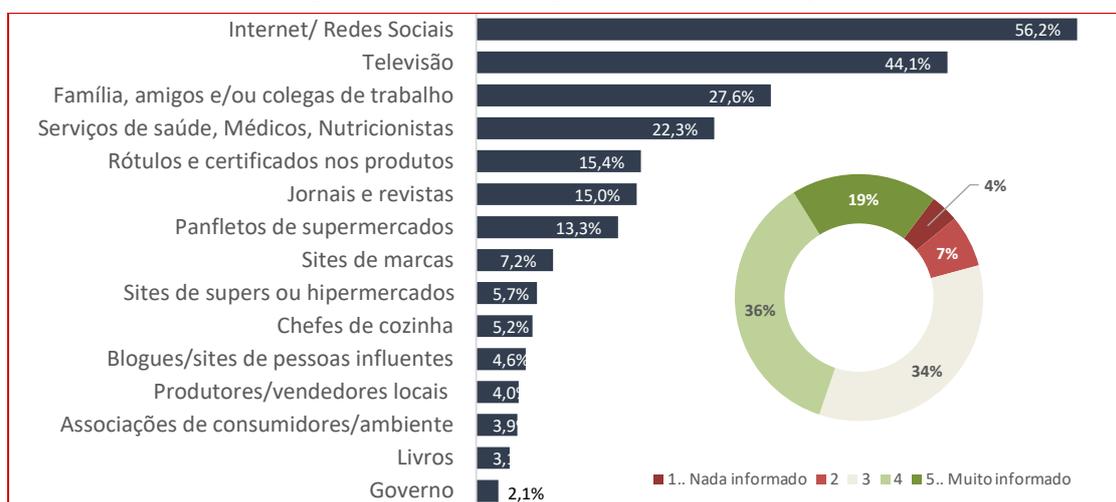
é transversal, ou seja, as percentagens são sempre mais altas no caso do primeiro que no segundo para todas as categorias sociodemográficas analisadas.

No que respeita às diferenças para as outras preocupações assinaladas destaca-se: a preocupação com os excesso de açúcares ou gorduras, assim como a presença de resíduos de pesticidas, são comparativamente menos importantes para os inquiridos do escalão mais jovem; a preocupação com reações alérgicas é maior nos mais jovens e diminui ao longo dos escalões etários; a mesma tendência de diminuição ao longo da idade acontece com o bem-estar animal, que também é mais valorizado pelas mulheres do que pelos homens; a preocupação com a contaminação por bactérias varia positivamente com o nível de instrução.

**O papel da escolaridade na diferenciação de práticas alimentares declaradas exemplifica também um dos vários constrangimentos a nível das oportunidades de acesso à informação.**

Os vários contextos de socialização em que crescem e vivem os portugueses influenciam não só as suas práticas alimentares, como também os conhecimentos e competências que podem mobilizar nas escolhas alimentares. Nesse sentido, o inquérito perguntava aos inquiridos se se sentiam informados sobre questões alimentares e quais as fontes a que recorriam para se informarem sobre alimentação (Figura 5.5).

**Figura 5.5 - Informação sobre alimentação**



**A maioria (55%) sente-se informada ou muito informada** e são apenas 11% os que se consideram pouco informados. Os que se declaram menos informados são os homens, os inquiridos com 45 ou mais anos e os menos escolarizados, sendo o nível de instrução a variável mais relevante nessa diferenciação. **A fonte de informação sobre questões alimentares mais referida (por 56% dos inquiridos) foi a internet e as redes sociais, seguindo-se a televisão (44%).** Assinaladas por menos inquiridos, mas ainda acima dos 20%, situam-se a família, amigos

e/ou colegas de trabalho (28%) e os serviços de saúde, médicos e nutricionistas (22,3%). É de realçar que mais de metade dos portugueses tende a recorrer a fontes cuja informação alimentar pode ser menos credível e cientificamente comprovada (as redes sociais onde circulam *fake news*) do que a fontes mais credíveis como os serviços de saúde, médicos e nutricionistas, aspeto que deve preocupar os profissionais e autoridades com responsabilidade na literacia alimentar.

**Tabela 5.2 - Refeições semanais, critérios de escolha, preocupações e informação sobre alimentação segundo o género, idade e escolaridade**

	Homens	Mulheres	< 24 anos	25-44 anos	45-64 anos	> 64 anos	S/grau de instrução	Básico (1 <sup>o</sup> +2 <sup>o</sup> +3)	Secund/Pós Secund.	Ensino Superior.
Carnes brancas de aves (a)	4,61	4,66	<b>5,25</b>	4,75	4,57	<b>4,41</b>	<b>4,08</b>	4,63	4,65	<b>4,88</b>
Refeições com carnes vermelhas	<b>3,54</b>	2,73	<b>3,41</b>	<b>3,61</b>	3,08	2,48	2,55	<b>3,42</b>	2,82	2,67
Refeições com peixe	3,62	3,78	<b>3,08</b>	3,23	3,88	<b>4,21</b>	<b>4,19</b>	3,61	3,95	3,52
Refeições sem carne nem peixe	1,84	<b>2,56</b>	2,06	2,21	2,07	<b>2,50</b>	<b>2,64</b>	2,06	2,15	<b>2,70</b>
Forma de produção (b)	3,16	<b>3,32</b>	3,22	3,31	3,32	<b>3,08</b>	<b>2,84</b>	3,22	<b>3,34</b>	<b>3,33</b>
As reações alérgicas (c)	12,2%	13,9%	<b>22,6%</b>	16,2%	13,0%	<b>6,7%</b>	8,0%	15,8%	8,9%	11,7%
O desperdício alimentar	53,8%	51,2%	<b>70,8%</b>	54,1%	46,5%	52,2%	51,6%	<b>55,9%</b>	48,7%	46,5%
A presença de aditivos	18,1%	20,1%	13,3%	<b>24,5%</b>	18,8%	15,8%	11,5%	19,7%	18,5%	21,2%
Presença de resíduos de pesticidas	23,0%	24,8%	<b>12,4%</b>	23,0%	24,0%	28,7%	22,4%	23,5%	25,7%	23,8%
Carnes processadas	15,0%	11,3%	13,2%	13,4%	12,3%	13,6%	13,5%	12,3%	13,2%	14,9%
O impacto no ambiente	11,4%	9,1%	12,0%	12,6%	10,9%	<b>6,0%</b>	<b>3,0%</b>	8,8%	10,8%	<b>16,2%</b>
A contaminação por bactérias	19,5%	20,8%	23,3%	16,4%	19,7%	23,9%	8,7%	16,9%	31,3%	21,2%
Antibióticos ou hormonas	19,5%	21,8%	<b>13,8%</b>	19,4%	25,0%	19,0%	18,5%	18,5%	28,0%	19,6%
Substâncias poluentes	18,0%	20,7%	18,7%	16,9%	21,2%	20,2%	17,3%	17,6%	22,1%	22,6%
O bem-estar dos animais	17,5%	<b>22,5%</b>	<b>35,3%</b>	22,2%	20,7%	<b>12,4%</b>	13,8%	22,2%	16,4%	20,9%
Org. geneticamente modificados	11,9%	13,9%	7,9%	13,9%	14,4%	11,8%	<b>5,1%</b>	11,0%	<b>19,2%</b>	<b>14,5%</b>
Excesso de açúcares e gorduras	36,9%	35,7%	<b>23,2%</b>	37,7%	37,6%	37,2%	35,0%	33,0%	36,0%	<b>47,0%</b>
Informação sobre alimentação (c)	3,55	<b>3,64</b>	3,65	<b>3,74</b>	3,49	3,57	<b>3,16</b>	3,53	3,66	<b>3,88</b>
Televisão (d)	46,5%	42,0%	<b>33,1%</b>	40,3%	45,7%	<b>49,8%</b>	<b>58,1%</b>	<b>48,1%</b>	40,0%	<b>31,2%</b>
Família, amigos e/ou colegas	26,6%	28,4%	34,4%	23,2%	28,4%	29,0%	31,0%	24,2%	28,0%	36,2%
Internet/ Redes Sociais	53,4%	58,6%	66,3%	74,1%	52,7%	<b>38,0%</b>	<b>18,4%</b>	49,8%	69,7%	<b>73,8%</b>
Serv. Saúde, Médicos, Nutricionistas	15,5%	<b>28,1%</b>	<b>11,6%</b>	26,1%	21,1%	23,1%	24,9%	20,1%	19,7%	31,0%
Panfletos de supermercados	11,7%	14,6%	15,2%	12,8%	13,6%	12,7%	<b>3,7%</b>	16,4%	9,6%	11,5%
Jornais e revistas	12,8%	17,0%	19,1%	11,8%	15,9%	16,0%	<b>7,5%</b>	14,4%	15,9%	18,6%

(a) Valores representam a média de refeições durante uma semana.

(b) Valores representam médias de repostas de acordo com a escala: 1 – Pouco Importante, 5 - Muito Importante.

(c) Valores representam médias de repostas de acordo com a escala: 1 – Nada informado, 5 - Muito Informado.

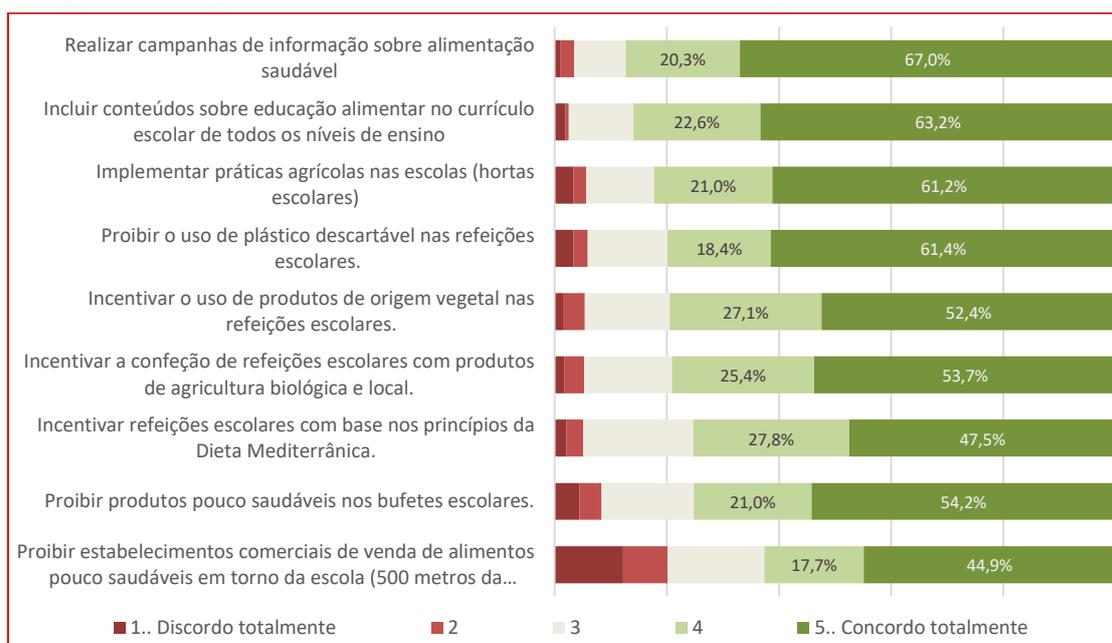
(d) Valores representam percentagens de inquiridos que responderam assinalaram a categoria.

Apesar de tudo, de acordo com a Tabela 5.2, são os inquiridos com ensino superior que mais se recorrem da internet ou redes sociais como fonte de informação sobre questões alimentares, o que pode permitir uma maior capacidade de escrutínio e seleção da informação alimentar. De

qualquer forma, o recurso às redes sociais é referido por 50% dos inquiridos que completaram o ensino básico, subindo depois até aos 74% entre os que têm formação superior. Os inquiridos com mais de 64 anos são, em comparação com os outros escalões de idade, os que menos vezes assinalaram a Internet mas a percentagem é ainda assim de 38%. Já no caso da referência à televisão a influência é dupla, aumenta com a idade e diminui com o nível de instrução. As restantes fontes de informação têm menor influência das variáveis analisadas destacando-se apenas a categoria serviços de saúde, médicos e nutricionistas, que recolhe mais respostas junto das mulheres (28%, em comparação com 16% nos homens) e é menos relevante junto do grupo mais jovem (com menos de 25 anos).

Uma outra questão do inquérito dirigida à temática da alimentação, dada a importância que as famílias habitualmente dão à **alimentação das crianças, questionava sobre possíveis ações a desenvolver neste domínio em contexto escolar** (Figura 5.6).

**Figura 1.6 - Opinião sobre medidas relativas à alimentação em contexto escolar**



Todas as medidas sugeridas foram transversalmente consideradas importantes ou muito importantes, incluindo a proibição de venda de alimentos pouco saudáveis em torno das escolas, embora esta última seja a única que atingiu os 20% de opiniões desfavoráveis, indo aliás ao encontro do que já tínhamos assistido na anterior edição do inquérito com esta questão. Apesar de tendencialmente positiva, a opinião dos inquiridos mais jovens (com menos de 25 anos) foi globalmente menos favorável a todas as medidas que a dos inquiridos mais velhos.

Finalmente, ainda no domínio do consumo alimentar, os resultados do inquérito mostram que, à semelhança do que se observou na edição de 2018, os portugueses continuam a usar

preferencialmente os supermercados e hipermercados para as suas compras alimentares, seguindo-se as lojas especializadas e mercearias. Compras diretamente ao produtor, lojas e feiras de produtos biológicos e cooperativas são já importantes. Cruzando a frequência de ida a cada um destes contextos de compra com o género é possível encontrar diferenças no caso das visitas a feiras e oferta de vizinhos/familiares/amigos, em que as médias são mais elevadas para as mulheres e no caso da compra direta ao produtor, é mais preferida pelos homens. As diferenças por escalão etário são relevantes no caso dos hiper e supermercados, cuja frequência média de utilização diminui com a idade, nas compras online, em que a tendência é também de decréscimo com a idade, e nas ofertas de amigos ou vizinhos, mais frequentes em média para os inquiridos com idades entre os 25 e os 44 anos. Existe uma relação entre nível de instrução e maior frequência de utilização dos hipermercados, de compras pela internet e também de mais visitas a lojas ou feiras de produtos biológicos. Já a frequência de compra em mercearias é também influenciada pela escolaridade, mas em sentido inverso: são os menos escolarizados que as utilizam mais para as compras alimentares.

## 6 Bem-estar e qualidade de vida

O tema do bem-estar, ou de forma mais concreta de uma Economia do Bem-estar não é novo no debate público, em particular ao nível das instâncias europeias. Já em 2019 o Conselho Europeu apresentou conclusões no sentido de apelar à concretização de uma nova visão para a economia, centrada no bem-estar para todos e, no próximo ano, o Parlamento Europeu irá organizar uma conferência para pensar caminhos “Beyond Growth”.

De facto, a Economia do Bem-estar enquanto conceito parte muito do questionamento sobre qual deve ser o propósito da Economia e o objetivo do investimento público. Deverá ser o de promover o bem-estar de todos e do planeta ou reagir a problemas imediatos, mas, em larga medida, evitáveis? Neste momento encontramos-nos num ciclo pouco virtuoso onde muitas vezes se justifica a necessidade de crescimento ou de determinadas atividades económicas apenas com o objetivo de figurar nas estatísticas do PIB e compensar falhas de um sistema económico que continua a funcionar num imprudente descontrolo passando a criar mais problemas do que os que consegue resolver, entre os quais o agravamento da crise ambiental global associada ao extremar das desigualdades sociais, que hoje ameaçam a paz e a sobrevivência da Humanidade no planeta.

A Economia do Bem-Estar procura estratégias a montante, desenhadas especificamente para responder às necessidades fundamentais e prioridades das pessoas, em vez de apostar em investimentos a jusante, com o objetivo de resolver ou minimizar os impactos negativos decorrentes de uma Economia focada no modelo atual de crescimento.

Mas pensar uma Economia do Bem-estar e aplicar esta lente às decisões do dia-a-dia implica uma reflexão prévia profunda no seio dos países ou das regiões em que se pretende desenvolver este novo modelo. Se a ideia é desenvolver uma visão de bem-estar para todos, é preciso em primeira linha auscultar a sociedade de forma alargada e não apenas os grupos habituais. Abarcar a diversidade de um país é fundamental para que a visão para o país seja integradora e partilhada por todos.

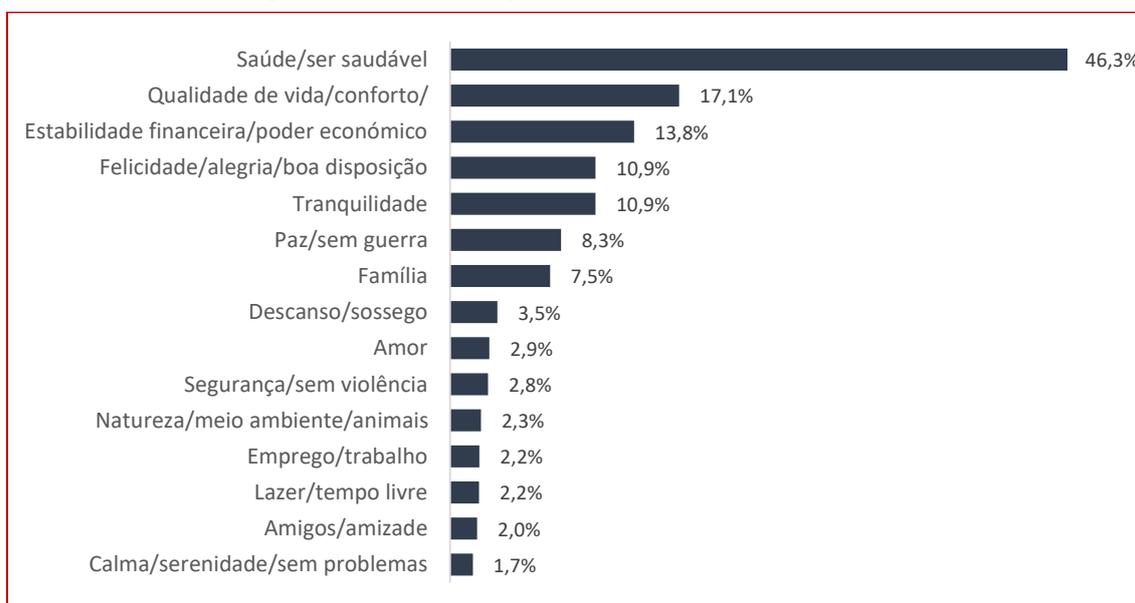
É neste contexto de crescimento progressivo no espaço público e político da relevância de construir sociedades que promovam o bem-estar em todas as suas valências, que surgiu a ideia de integrar questões sobre este tema no III Grande Inquérito sobre Sustentabilidade.

Para além de uma apreciação livre do que significa para cada um dos inquiridos a ideia de uma economia e sociedade do bem-estar, procurou-se ainda avaliar a perceção dos portugueses sobre as diferentes necessidades que tendem a surgir quando se debate este tema. São elas:

- A **dignidade**, entendida enquanto uma garantia de que todos têm o necessário para viver com conforto e segurança;
- A **natureza** enquanto um planeta restaurado, equilibrado e saudável para todas as formas de vida;
- O **propósito**, associado a instituições que servem o bem-comum e acrescentam valor real;
- A participação, permitindo que cidadãos participem nas decisões e se sintam integrados nas suas comunidades;
- A **justiça**, entendida em todas as suas dimensões, incluindo em termos de redução das diferenças sociais.

No inquérito foi ainda inserida uma avaliação subjetiva sobre a capacidade de Portugal promover o bem-estar à qual se seguiu uma apreciação sobre o grau de satisfação com diferentes dimensões da vida. Este conjunto de questões terminou com uma avaliação do que melhorou ou piorou nos últimos dois anos.

**Figura 6.1 – Associações ao conceito de bem-estar**



### **O que significa para si a palavra Bem-Estar?**

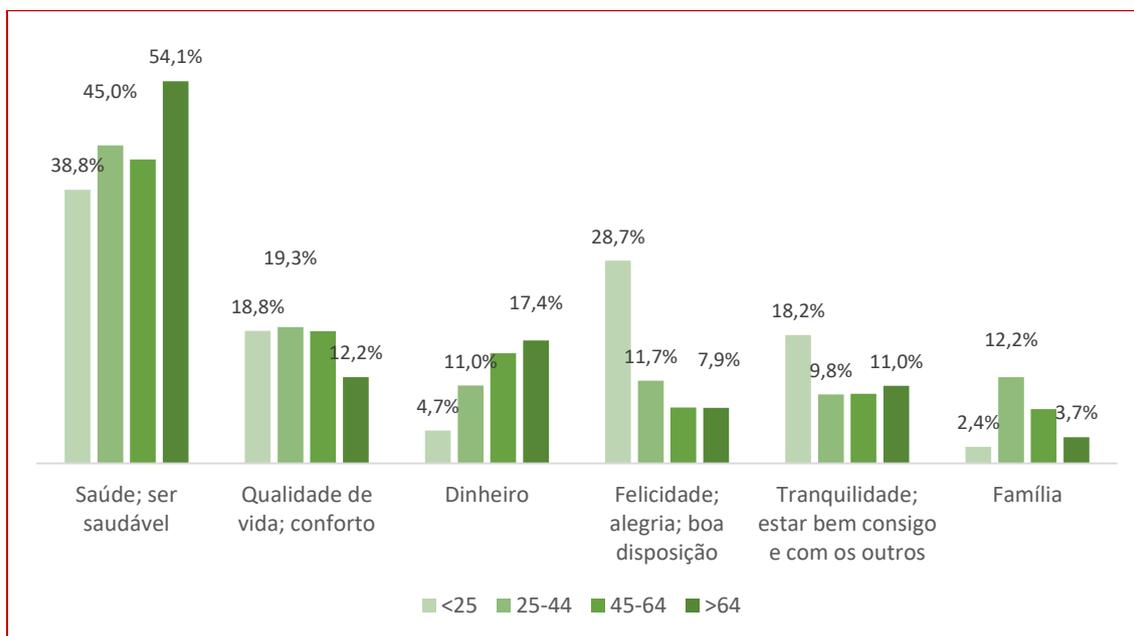
Questionados sobre o que significa para si o **conceito de bem-estar** e muito em linha com o que já acontecia no inquérito anterior exponenciado pelo período que antecedeu a aplicação do

inquérito, a **saúde surge com grande destaque**, sendo referida por quase metade dos inquiridos e de forma transversal em termos de género e habilitações, notando diferenças apenas quando as respostas são analisadas por escalões etários, onde os mais jovens (com menos de 25 anos) são quem menos refere esta área. Tratando-se de uma pergunta de resposta livre, ainda se torna mais relevante a expressividade dos resultados. De seguida, embora a grande distância, surge o conceito de **qualidade de vida**, entendido como vivendo com qualidade, com **conforto** (17%) tão mais referenciado quanto mais elevadas são as habilitações literárias, logo seguida da **estabilidade financeira e poder económico** (14%), privilegiado mais pelos homens e subindo de importância com a idade. Já quando analisamos a categoria da **felicidade** e a da **tranquilidade**, entendida como estar bem consigo, com os outros e com a vida e viver em paz e em harmonia (cada uma referida por 11% dos inquiridos), é possível ver que são áreas que as mulheres tendem a sublinhar com muito maior frequência do que os homens, mas que parecem ter menos relevância para aqueles que têm o ensino superior. Este tema é particularmente relevante para as conceções de bem-estar do mais jovens, sendo referido por 29% pelos inquiridos até aos 24 anos. Sobre o tema da **paz** (8%), as mulheres voltam a assumir a dianteira e referem-na quatro vezes mais do que os homens. Já no que diz respeito à **família** (7%) também tende a ser mais privilegiada pelas mulheres, ainda que com uma diferença menos expressiva, sendo que perde expressividade à medida que subimos nas habilitações literárias e que avançamos nos escalões etários, ou seja, são os mais jovens até aos 44 anos que mais referem a família como um elemento central para o bem-estar. Verifica-se uma tendência contrária quando olhamos para as habilitações, sendo uma área que perde peso à medida que avançamos no nível de escolaridade o que se prepondera também com os status sociais mais elevados onde a família deixa de ser tão importante como é entre as pessoas dos status sociais mais baixos.

### **Qual a capacidade de Portugal para responder às necessidades da sociedade portuguesa?**

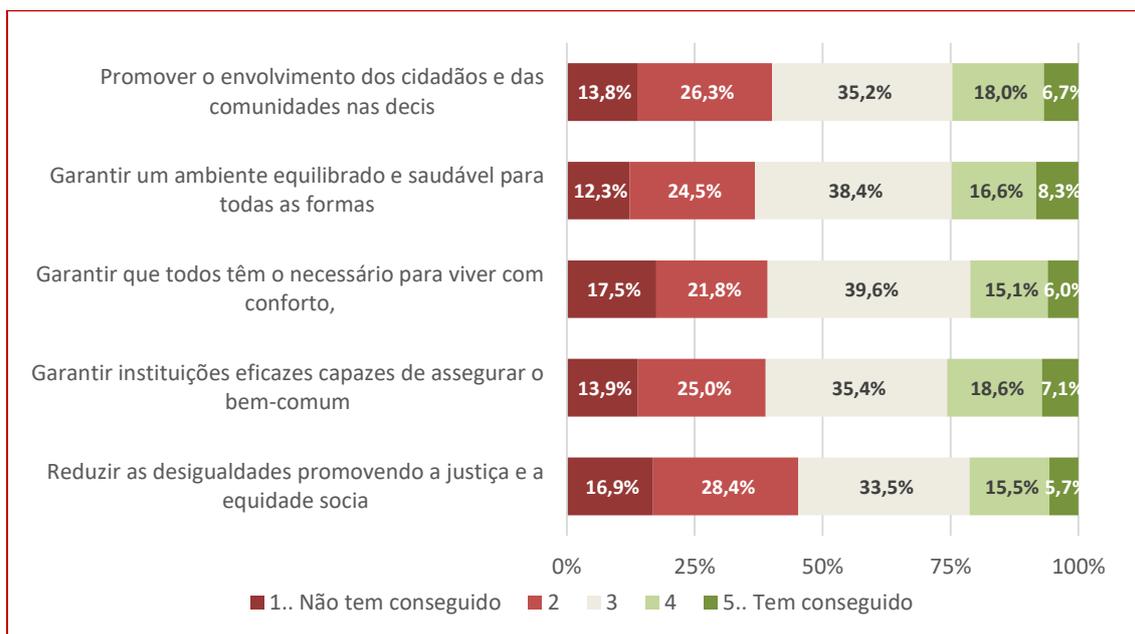
Após uma pergunta bastante genérica, os inquiridos foram confrontados com a necessidade de avaliar até que ponto Portugal tem conseguido responder às necessidades da sociedade em áreas como a da eficácia das instituições, um ambiente equilibrado para todas as formas de vida, a promoção do envolvimento dos cidadãos e das comunidades nas decisões, garantir que todos têm o necessário para viver com conforto, segurança e felicidade e para promover a redução das desigualdades e promover a justiça e a equidade social. Através destas questões procurou-se avaliar a perceção dos portugueses sobre estas cinco dimensões de uma Economia do Bem-Estar: dignidade, participação, propósito, justiça e natureza. :....

**Figura 6.2 – Distribuição das respostas mais frequentes segundo os escalões etários**



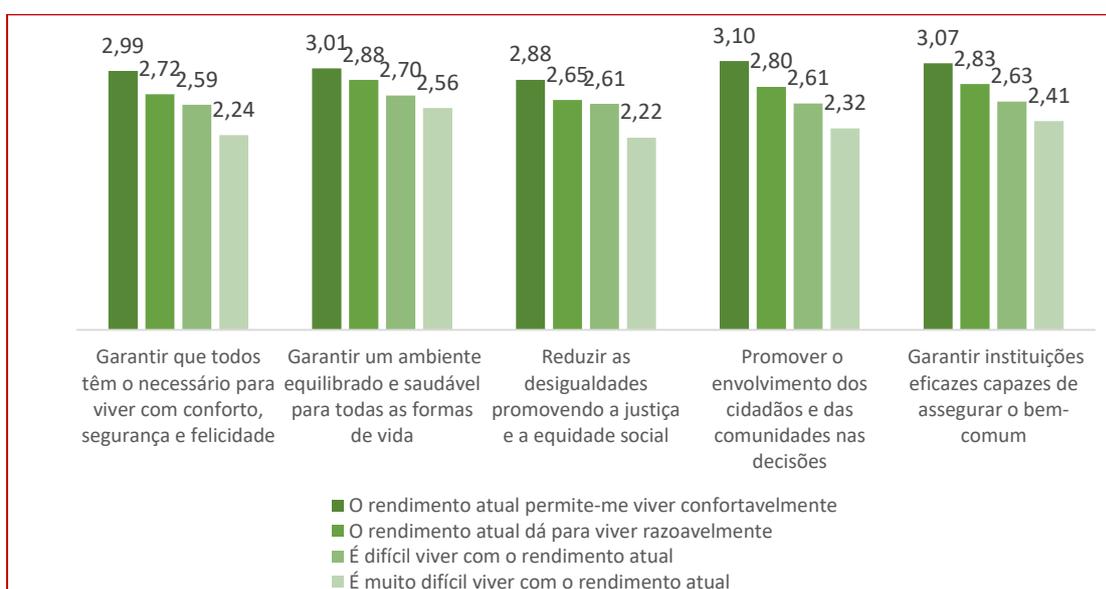
Como é possível observar no gráfico seguinte a tendência maioritária é para uma opinião negativa ou então neutra face ao desempenho do país na resposta às necessidades da sociedade. O maior número de respostas negativas prende-se com o tema da (in)capacidade de Portugal para reduzir as desigualdades promovendo a justiça e a equidade social, onde 45% dos inquiridos apresentam uma opinião negativa e onde apenas 20% assume a postura oposta. Aliás, as respostas positivas a qualquer uma das cinco questões nunca ultrapassam os 25% (o melhor resultado surge associado à capacidade do país para manter instituições eficazes e capazes de assegurar o bem-comum). Com exceção da questão sobre a capacidade de garantir um ambiente equilibrado e saudável para todas as formas de vida (onde a resposta mais frequente é a neutra), em todas as restantes a resposta mais expressiva foi sempre com uma tónica negativa, o que aponta para a existência de lacunas importantes que será importante colmatar para que Portugal possa, de facto, ser um país que promove o bem-estar.

**Figura 6.3 – Capacidade de Portugal para responder às necessidades da sociedade portuguesa**



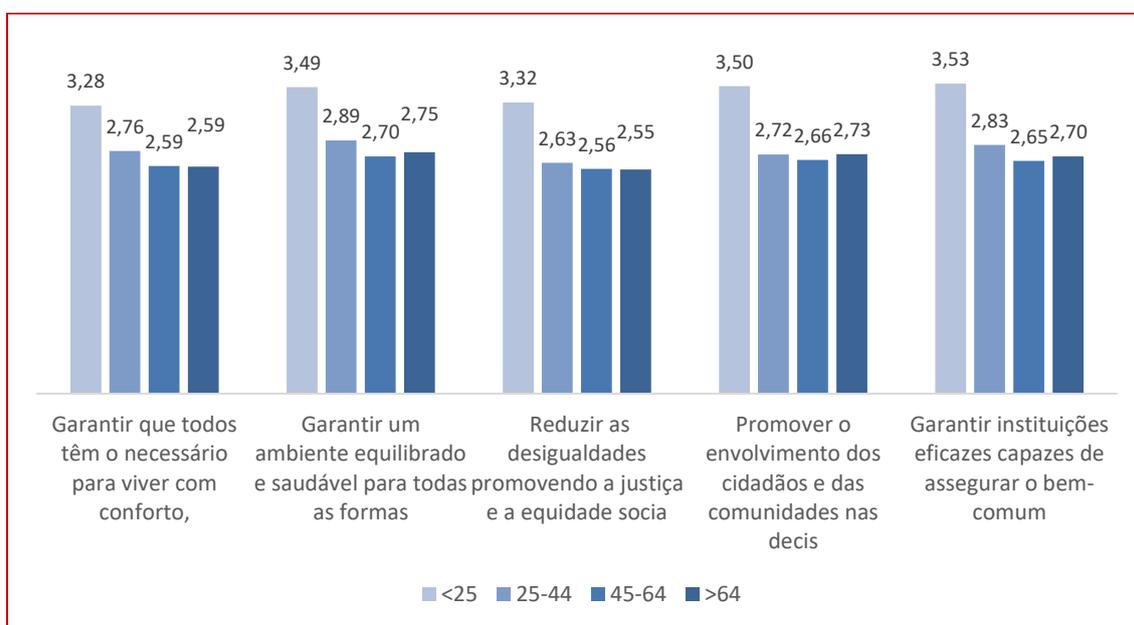
Quando é introduzida a variável perceção do rendimento disponível, observamos uma clara tendência para que, à medida que aumentam as dificuldades para o rendimento do agregado conseguir dar resposta às necessidades quotidianas, a opinião torna-se progressivamente mais negativa sobre todas as dimensões do bem-estar analisadas nesta questão.

**Figura 6.4 – Relação entre as dimensões do Bem-Estar que Portugal proporciona e as disponibilidades financeiras do agregado familiar**



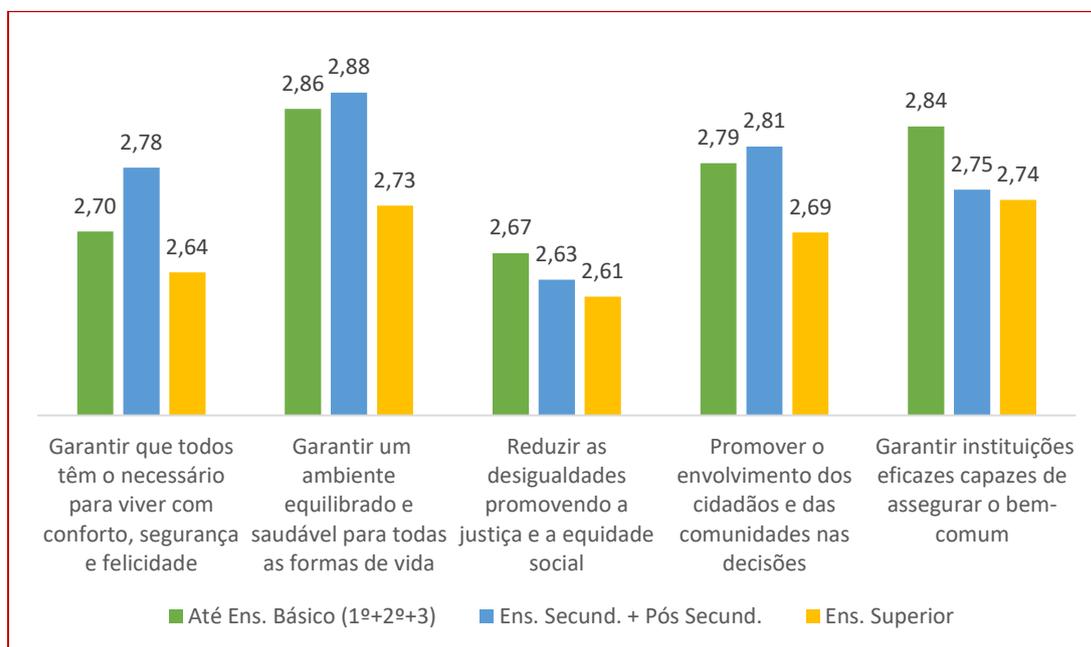
Este padrão ao longo das diferentes dimensões analisadas nestas questões volta a repetir-se de forma clara quando se consideram os escalões etários. De facto, os jovens até aos 35 anos e muito em particular aqueles que têm menos de 25 anos, apresentam uma perspetiva mais otimista no que diz respeito às diferentes dimensões do bem-estar, ao contrário dos escalões etários a partir dos 35 anos, onde a opinião negativa é, em muitos casos, superior à perspetiva neutra ou positiva. De qualquer modo esta não é uma evolução linear, pois os com mais de 65 anos e, por vezes, o escalão etário anterior, acabam por ter uma opinião ligeiramente mais positiva do que aqueles que têm entre os 35 e os 64 anos.

**Figura 6.5 – Perspetiva sobre as 5 dimensões do bem-estar que Pt proporciona segundo os escalões etários**



As habilitações literárias são outra das variáveis de caracterização que introduz tendências de resposta que merecem ser sublinhadas, sendo que aqueles que têm o ensino superior apresentam uma perspetiva mais crítica face às capacidades do país para satisfazer o bem-estar nas suas diversas dimensões. Esta perspetiva mais crítica é clara em todas as cinco dimensões e fica bem expressa no gráfico seguinte.

**Figura 6.6 – Perspetiva sobre as 5 dimensões do bem-estar segundo o grau de habilitações**



A variável género não tem impacto digno de nota ao nível do padrão de respostas, o mesmo acontecendo com a existência ou não de filhos no agregado familiar, onde, neste último caso, podemos apenas sublinhar uma ligeira tendência para uma opinião mais negativa por parte de quem tem filhos. Estas tornam-se mais expressivas quando analisamos as dimensões relativas à capacidade de Portugal para promover a redução das desigualdades a justiça e a equidade social ou à capacidade para o país ter instituições eficazes que garantam o bem-comum.

#### **Nível de bem-estar proporcionado por Portugal aos seus cidadãos**

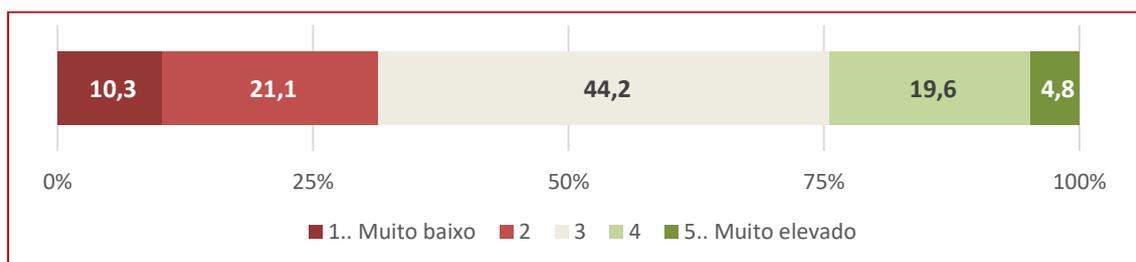
Quando questionados sobre o **nível de bem-estar que Portugal proporciona aos seus cidadãos a avaliação volta a não ser muito positiva**, ainda que a posição maioritária seja neutra, ou seja 44% dos inquiridos optaram pela categoria de resposta intermédia. Olhando mais para os extremos da escala de resposta, as avaliações negativas (31%) superam as positivas (24%).

Procurando analisar esta avaliação sob o ponto de vista de algumas variáveis sociais é possível perceber que as mulheres acima dos 45 anos tendem a apresentar uma posição menos positiva, o mesmo acontecendo entre aqueles que não têm uma formação superior. No outro extremo

da escala, mais positivas em relação ao bem-estar que o país proporciona aos seus cidadãos, as respostas tendem a ser mais frequentemente de homens, dos mais jovens e daqueles que têm ensino superior. Esta maior preponderância de pessoas com o ensino superior entre aqueles que apresentam uma perspetiva mais positiva sobre a capacidade de Portugal proporcionar bem-estar aos seus cidadãos decorrerá do habitual acesso a melhores condições de vida por parte destes grupos sociais.

Esta perspetiva tendencialmente menos positiva das mulheres em idade ativa avançada poderá estar associada, entre outros fatores, a alguma sobrecarga resultante da necessidade de conjugar responsabilidades familiares (por exemplo com a assistência à família, em particular de parentes idosos) e profissionais a que as mulheres continuam sujeitas na sociedade portuguesa, quando comparadas com os homens.

**Figura 6.7 – Avaliação geral do bem-estar que Portugal proporciona aos seus cidadãos**



### **Grau de satisfação com diferentes aspetos da sua vida**

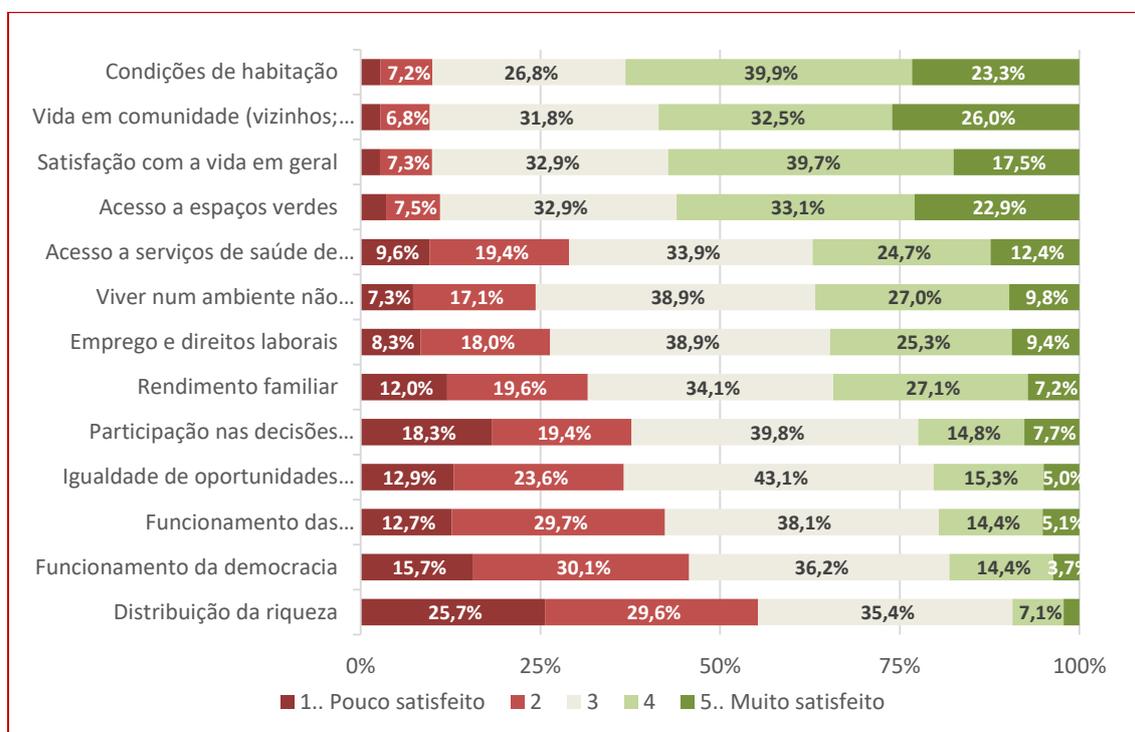
Procurou-se depois explorar diferentes áreas da vida dos inquiridos e perceber qual é a perceção que têm sobre o seu grau de satisfação com cada uma delas. Entre os diferentes aspetos analisados, as condições de habitação (63%), a vida em comunidade (58%), a satisfação com a vida em geral (57%) e o acesso a espaços verdes (56%) reúnem as opiniões mais positivas.

Entre os aspetos avaliados de forma mais negativa voltamos a encontrar com grande expressividade o tema da **'distribuição da riqueza' como um dos grandes problemas que Portugal enfrenta**. Já no inquérito de 2019 e em questões anteriores tínhamos visto que este tema tende a reunir um maior número de opiniões negativas e nesta questão a tendência agravou-se: 54% têm uma opinião negativa sobre a distribuição de riqueza em Portugal. O funcionamento da democracia (44%) e o das instituições públicas (41%) recebem notas mais

negativas do que positivas. De igual modo, a participação nas decisões políticas e a igualdade de oportunidades continuam a reunir mais respostas negativas do que positivas.

Em termos de variáveis de caracterização, destaca-se a idade, com uma tendência de maior positividade em relação a quase todas as dimensões por parte dos mais jovens, em particular até aos 25 anos. Apenas em relação ao tema do emprego e dos direitos laborais nota-se com clareza o efeito geracional, em que à medida que a idade diminui, aumenta a opinião negativa sobre o tema, o que reflete as dificuldades de entrada no mercado laboral por parte das gerações mais jovens, em particular no que diz respeito ao acesso a um rendimento digno.

**Figura 6.8 – Grau de satisfação com as várias dimensões da vida**



Quando consideramos as habilitações literárias, a única diferença digna de nota é a da existência de uma opinião mais positiva sobre todas as áreas analisadas por parte daqueles que têm o ensino superior. Em relação aos outros escalões de habilitações, não é possível observar tendências de forma tão clara, ainda que exista com maior frequência uma opinião menos positiva entre aqueles que possuem até ao 9º ano de escolaridade, com exceção de temas como a vida em comunidade, viver num ambiente saudável e não poluído, o que se prenda com populações residentes em meios rurais.

Já quando consideramos a percepção sobre a capacidade do rendimento do agregado dar resposta às necessidades no dia-a-dia voltamos a encontrar uma tendência que se prende com uma opinião bastante mais crítica por parte daqueles que afirmam ter dificuldades em que o seu rendimento lhes permita fazer face a todas as necessidades quotidianas.

### **O que melhorou ou piorou nos últimos dois anos**

Ao procurarmos identificar o top cinco das situações onde a avaliação feita é mais negativa do que positiva verificamos que o tema que mais se destaca é o **da incapacidade do país para distribuir a riqueza produzida**, seguida de questões relacionadas com o poder de compra e capacidade para adquirir bens essenciais ou ainda a sensação de cansaço e stress. Muito embora o aumento da frequência de espaços verdes esteja entre os aspetos que evoluíram mais favoravelmente nos últimos dois anos, o facto é que a redução da prática de exercício físico surge com destaque entre os aspetos que mais pioraram nos últimos dois anos, a par com dificuldades no acesso a serviços de saúde, bem como o funcionamento das instituições.

**Entre os aspetos que mais melhoraram observa-se uma forte tendência de valorização positiva das relações de sociabilidade com vizinhos, familiares e amigos, uma perspetiva que poderá depois influir na sensação relativamente positiva sobre a melhoria do bem-estar geral.** Os aspetos considerados como tendo uma evolução menos positiva passam pela elevada percentagem de inquiridos que responderam que a sua capacidade para garantir o cabaz de produtos essenciais piorou nos últimos dois anos, ou a avaliação bastante negativa feita em relação ao tema da distribuição da riqueza em Portugal. Alguns dos aspetos considerados como tendo tido uma evolução mais negativa, acabam por ser mais 'externos' ao próprio inquirido (distribuição da riqueza, dificuldades financeiras que, à partida decorrerão de fatores externos, ou a acesso a serviços de saúde), ao passo que os mais positivos tendem a estar mais próximos da esfera individual e de redes de sociabilidade. Neste contexto, verifica-se que a avaliação do bem-estar geral se tenha centrado mais nestes aspetos da esfera da proximidade. De qualquer modo, de uma forma global, a resposta mais comum é a da manutenção das diferentes situações, isto é, a inexistência de evolução, seja num sentido, seja no outro, com muitas das vinte questões desta bateria a registarem como resposta mais comum que a situação se manteve inalterada nos últimos dois anos

**Tabela 6.1 – Avaliação do bem-estar geral: aspetos que mais melhoraram e mais pioraram nos últimos dois anos**

Os cinco aspetos que mais melhoraram nos últimos dois anos... (%)		Os cinco aspetos que mais pioraram nos últimos 2 anos... (%)	
Relação com vizinhos e amigos próximos	45	Avaliação da distribuição da riqueza	47
Bem-estar geral	41	Capacidade de comprar bens essenciais	42
Participação em convívios sociais com familiares e amigos	39	Sensação de cansaço e stress	40
Utilização de espaços verdes	37	Prática de exercício físico	34
Acesso à educação	29	Acesso a serviços de saúde	34
		Funcionamento das instituições públicas	34

## 7 Orientações e perspectivas de futuro

A Agenda 2030, e antes a sua predecessora Agenda 21, emergiram da necessidade de perspetivar o futuro de forma a minorar os efeitos de erros passados e, tanto quanto possível, evitar erros futuros. O longo prazo implícito para a mudança que se quer imediata traz, no entanto, anseios e interrogações múltiplas que resultam da complexidade do mundo atual e da incerteza que tal complexidade tem vindo a gerar. Importa, então, saber como é que os portugueses perspetivam o futuro próximo (próximos 5 anos) em várias dimensões da vida individual e coletiva.

**Figura 7.1 O que esperam os portugueses para os próximos cinco anos**



De acordo com os resultados expressos na Figura 7.1, as dimensões em que os inquiridos se posicionaram de forma mais otimista foram o **acesso e qualidade da educação/formação (30,1%)**, a **disponibilidade para atividades lúdicas/lazer (28,3%)**, o acesso e a qualidade da alimentação (28,7%) e a eficiência energética/conforto térmico das habitações (26,4%) – á é menor o optimismo do que o pessimismo. Mas a tendência geral, mesmo nestes temas em que há maior optimismo, vai sobretudo para uma atitude neutra, o que significa expectativas sem quaisquer certezas. Ou seja, há uma grande percentagem de inquiridos que se refugia no valor intermédio que corresponde a alguma indecisão (cerca de 40%) e os restantes (percentagem aproximadamente igual ao dos otimistas) assumem um posicionamento declaradamente pessimista.

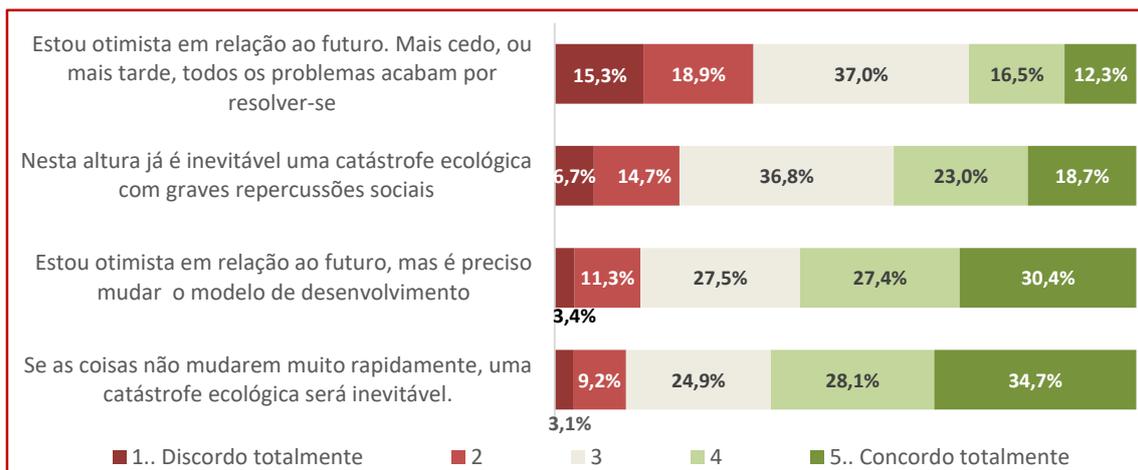
Para além disso, em algumas dimensões a percentagem de inquiridos que se declara pessimista ou muito pessimista aproxima-se e até ultrapassa os 50%, destacando-se com o valor percentual mais elevado, as dificuldades de **acesso à habitação** com 62,2% e de atingir a **prosperidade económica** com 51,2%; em seguida a apreensão com as **condições ambientais para as gerações futuras** (47%) e (in)**capacidade de suportar os consumos domésticos** (46,9%). Certamente as condições contextuais do país, no que concerne à crescente dificuldade de acesso à habitação e ao aumento da inflação, terão um peso não despreciable nestas respostas, que provavelmente se agravariam se o inquérito fosse aplicado agora face aos impactos na inflação, na energia e na alimentação provocados pelo agravamento da guerra na Ucrânia nos últimos meses. Importa mesmo assim destacar que os inquiridos não deixam de olhar a degradação das condições ambientais com preocupação, dando-lhe o devido destaque nestas respostas.

Quando procuramos diferenças a partir das condições de existência percebemos que, mais do que este ou aquele problema, esta ou aquela temática, o que distingue os inquiridos é o grau de preocupação geral que, depois, se repercute em cada uma das áreas. Assim, quase invariavelmente, os homens surgem mais otimistas do que as mulheres, assim como os inquiridos mais instruídos, com rendimentos mais confortáveis e, mais jovens. A exceção é a saúde que preocupa todos, mas de forma mais vincada, os mais velhos.

A **preocupação com o futuro ambiental** expressa-se de forma, ainda, mais marcante num outro bloco de questões que equaciona precisamente esta apreensão transversal com o futuro. Aqui os inquiridos pronunciaram-se respondendo sobre o seu acordo relativamente a quatro afirmações. Em todas elas, as respostas demonstram uma apreensão geral relativamente à degradação do ambiente e as suas consequências (Figura 7.2).

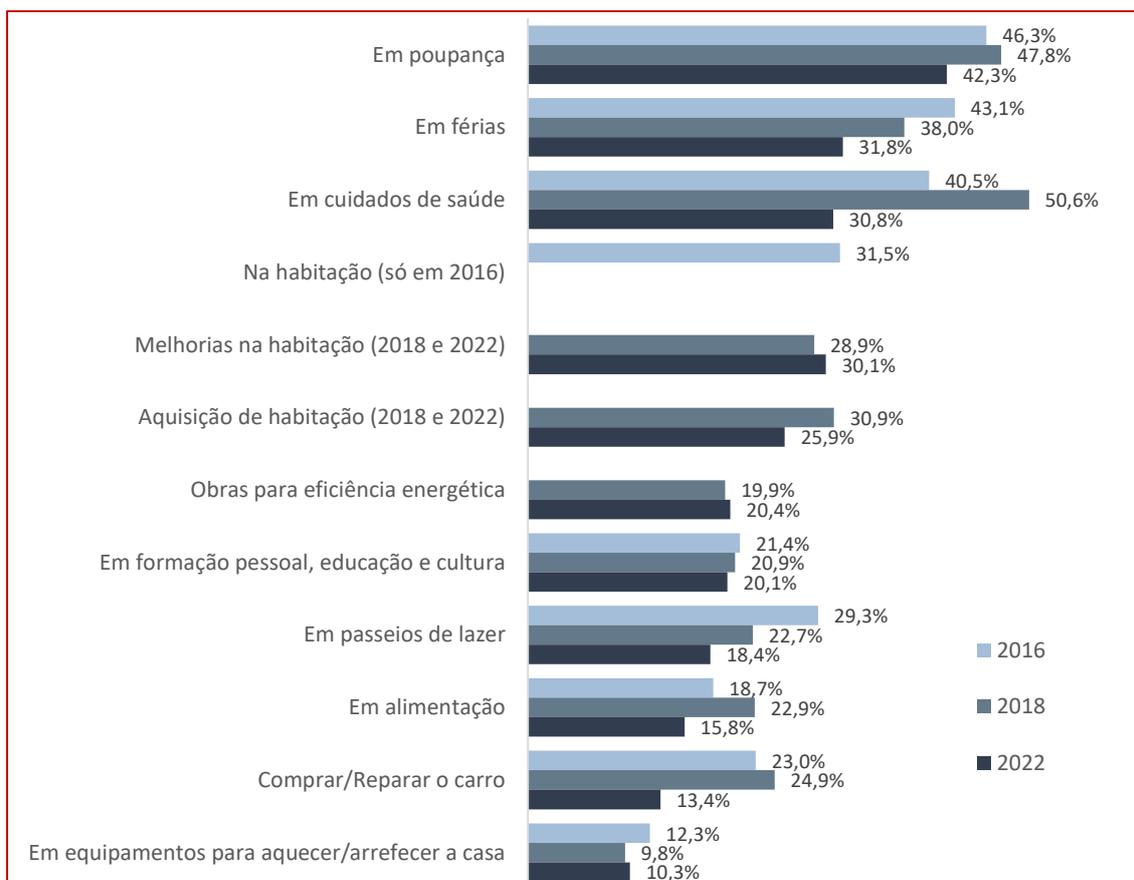
A frase cujo teor assume maior otimismo (...“mais cedo ou mais tarde os problemas acabarão por resolver-se”) recolhe a maior percentagem de opiniões discordantes (34%), mas, ainda assim, é seguida de perto pela afirmação oposta (“uma catástrofe ecológica é já inevitável”). **Concordam mais com a ideia de inevitabilidade da catástrofe as mulheres e os jovens que apostam igualmente mais nas frases que assumem algum compromisso com a necessária mudança de rumo nos padrões de desenvolvimento.** Da conjugação de resultados podemos concluir que a preocupação dos portugueses para com as condições ambientais parece clara e transversal, assumindo os grupos etários mais jovens a liderança na crítica e apreensão face ao ambiente, seja pela visão mais pessimista (‘catástrofe inevitável’), seja pela atitude mais proactiva sublinhando a necessidade de investir seriamente nas mudanças ainda por alcançar (‘é preciso mudar’) e assumindo que não poderemos continuar a ignorar os limites ecológicos.

**Figura 7.2 Otimismo em relação ao futuro**



Assim sendo, se as expectativas relativas ao futuro são sobretudo pessimistas, como ponderam os portugueses os investimentos a fazer, quer na sua vida pessoal e familiar, quer a nível do país? Uma das questões colocava os inquiridos perante o cenário de um aumento do seu orçamento familiar, perguntando-lhes onde gostariam de investir mais.

**Figura 7.3 Se o orçamento familiar aumentasse onde investiria mais?**

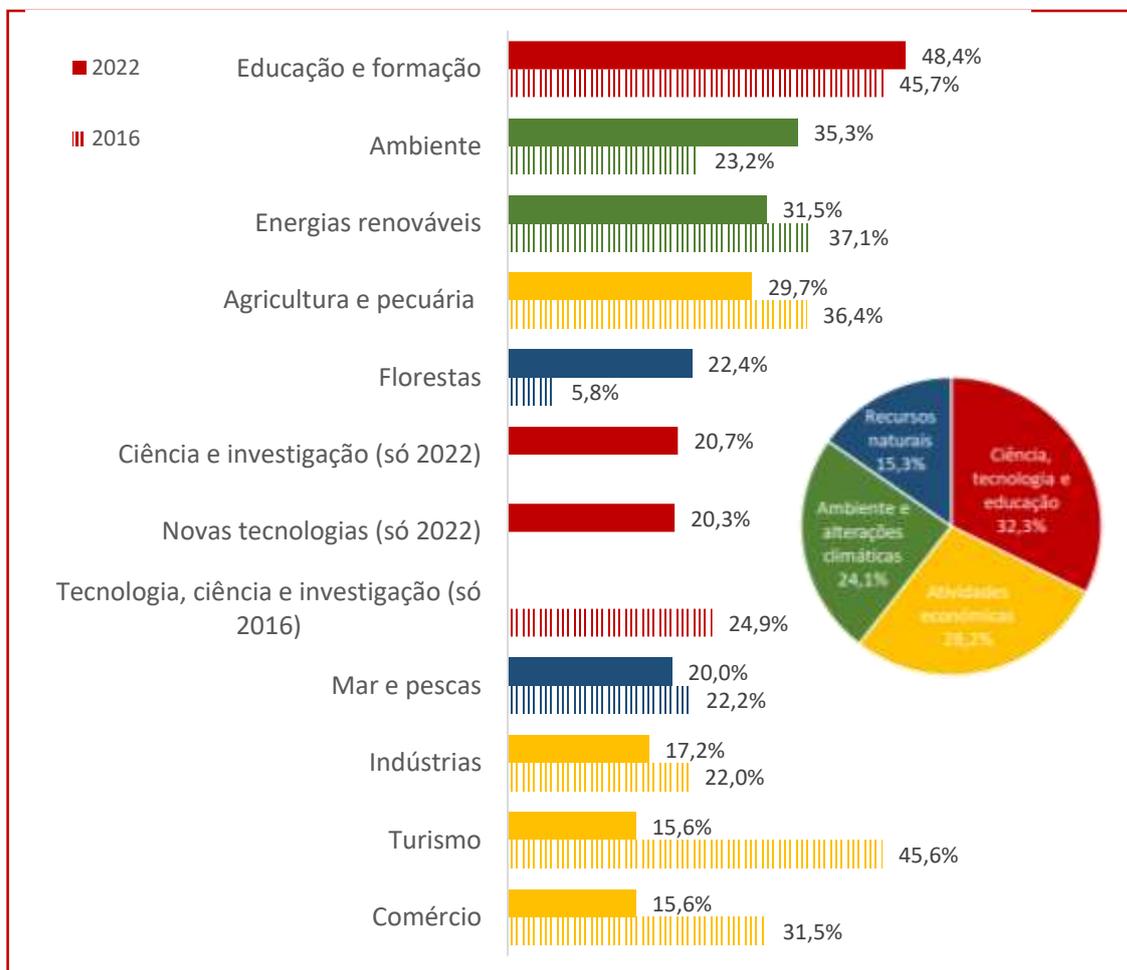


Também aqui é notória uma atitude de reserva relativamente ao futuro. A categoria assinalada por mais pessoas foi, precisamente, a **poupança** (42,3%), o que indicia apreensão relativamente ao futuro da economia. Comparativamente aos dois inquéritos anteriores, esta é, aliás, a resposta que surge mais fortemente vincada passando a ser prevalecente. Ainda assim, uma das três seguintes mais referidas foi o investimento em férias. Depois do confinamento, apesar da instabilidade económica e da guerra que, ainda só tinha começado, 32% dos inquiridos referiram as **férias** como destino provável do hipotético acréscimo orçamental. A acompanhar este desejo, no entanto, os inquiridos juntaram a **saúde** com 30,8%. Esta tinha sido a categoria mais assinalada no inquérito anterior com 51% de respostas, e a segunda mais assinalada em 2018 com 41%. Os lugares seguintes são ocupados pela **habitação** que se subdivide em reparações e obras (30,1%), aquisição (25,9%) e obras para melhoramento da eficiência energética (20,4%). Neste último caso, é interessante notar que as preocupações com a habitação – seja na aquisição, seja na necessidade de investir na eficiência energética – também aumentaram comparativamente aos inquéritos anteriores. As diferenças por género são pequenas com exceção precisamente do melhoramento da eficiência energética que recolhe mais respostas por parte dos homens: 25,4%, em comparação com 16,2% entre as mulheres. As prioridades de investimento refletem também diferentes fases da vida observáveis por exemplo na maior importância da poupança entre os 25 e os 64 anos, na maior intenção de aquisição de habitação entre os que têm entre 25 e 44 anos e nos investimentos em bens de consumo não duráveis por parte dos mais jovens (alimentação, vestuário e sapatos, cuidados de beleza e material desportivo). A escolaridade influencia principalmente o maior peso de destinos menos materiais como o investimento em férias, formação pessoal educação e cultura, assim como em passeios de lazer.

Por fim, importou indagar sobre as **prioridades defendidas para o país**. Para promover o almejado desenvolvimento sustentável, em que setores deve investir, o país, no futuro próximo? (Figura 7.4). De acordo com os resultados, para promover o desenvolvimento sustentável os inquiridos advogam, antes de mais e a alguma distância, o **investimento na educação** (48,4%). Depois, em consonância com o que temos vindo a verificar, o **ambiente e as energias renováveis** alcançam o segundo e o terceiro lugar neste ranking e somando, em conjunto, 66,8% dos inquiridos. Segue-se a **agricultura** que ainda reserva um lugar especial neste ranking, embora menos do que no 1º Inquérito aplicado em 2016, sobretudo quando comparada com as restantes atividades económicas – indústria, turismo, comércio – que se posicionam no fim da tabela, em percentagens que alcançam cerca de metade da atividade agrícola. Num lugar

intermédio, mas crescente relativamente ao 1º Inquérito, surge a ‘ciência e investigação’, a par das ‘novas tecnologias’ e do ‘mar e pescas’.

**Figura 7.4 Setores em que o país deve investir para assegurar um futuro sustentável**



A leitura destes resultados segundo as variáveis sociodemográficas demonstra algumas diferenças por género, maiores no caso da educação/formação, assinaladas por 53% das mulheres e 43% dos homens, e nas novas tecnologias, mais referidas pelos homens (25% face a 17% entre as mulheres). As diferenças etárias são marcadas particularmente por preferências de investimento bastante distintas entre os menores de 25 anos em comparação os restantes inquiridos. **Os mais jovens assinalam mais frequentemente os setores da ciência e investigação (42%), novas tecnologias (36%) e comércio (32%)** e, em comparação com os outros escalões etários, referem menos a educação/formação e a agricultura e pecuária. Já o grau de escolaridade influencia positivamente sobretudo a preferência pelos setores da educação/formação, ambiente, energias renováveis, ciência e investigação, novas tecnologias e turismo e, em sentido negativo, o investimento nas florestas.

**Tabela 7.1 Sectores a investir no país, segundo género, idade e instrução (médias)**

	Homens	Mulheres	< 24 anos	25-44 anos	45-64 anos	> 64 anos	S/grau de instrução	Básico (1º+2º+3º)	Secund/Pós Secund.	Ensino Superior.
Educação/ formação	42,7%	<b>53,2%</b>	<b>39,3%</b>	50,4%	47,3%	50,6%	<b>37,9%</b>	45,1%	53,7%	<b>56,0%</b>
Ambiente	32,3%	37,9%	36,1%	38,1%	34,1%	33,5%	<b>24,9%</b>	31,2%	40,2%	<b>46,1%</b>
Energias renováveis	34,9%	28,6%	31,9%	31,4%	31,5%	31,5%	<b>16,7%</b>	25,7%	40,7%	<b>43,9%</b>
Agricultura e pecuária	30,1%	29,4%	<b>20,6%</b>	27,5%	31,2%	<b>33,3%</b>	32,0%	29,7%	32,5%	25,6%
Florestas	25,3%	19,9%	12,9%	23,5%	23,6%	22,9%	<b>29,4%</b>	23,6%	23,2%	<b>15,2%</b>
Ciência e investigação	20,1%	21,2%	<b>41,5%</b>	17,2%	19,8%	18,8%	<b>8,0%</b>	16,6%	21,5%	<b>37,2%</b>
Novas tecnologias	<b>24,6%</b>	16,5%	<b>35,9%</b>	21,0%	20,7%	<b>13,8%</b>	<b>5,1%</b>	18,5%	21,5%	<b>29,8%</b>
Mar e pescas	20,1%	20,0%	23,6%	20,0%	17,3%	22,2%	18,2%	20,5%	21,7%	17,1%
Indústrias	17,4%	17,0%	9,4%	18,7%	19,6%	14,9%	14,9%	16,8%	21,3%	14,0%
Turismo	19,2%	12,6%	22,2%	17,6%	14,9%	12,2%	<b>5,5%</b>	14,7%	17,0%	<b>20,8%</b>
Comércio	13,5%	17,4%	<b>31,5%</b>	18,1%	12,8%	11,3%	10,8%	17,9%	14,3%	11,9%
Desporto	10,2%	8,5%	8,1%	13,7%	8,1%	6,5%	7,5%	10,1%	8,0%	9,0%
Energias fósseis	7,3%	8,6%	6,4%	12,0%	6,9%	5,7%	4,7%	9,2%	7,8%	6,0%
Banca e seguros	5,8%	7,6%	10,1%	9,5%	6,5%	3,0%	4,5%	8,5%	4,8%	4,5%
Instituições culturais	4,8%	4,8%	6,8%	6,1%	3,5%	4,4%	3,4%	4,6%	6,1%	4,4%
Saúde	4,2%	4,6%	4,2%	3,3%	5,3%	4,7%	3,7%	5,4%	2,2%	4,3%
Atividades imobiliárias	5,1%	3,5%	2,6%	5,4%	5,0%	2,7%	5,7%	3,7%	5,1%	4,4%
Extração mineira	4,0%	3,2%	5,2%	4,0%	3,3%	2,8%	3,3%	4,2%	2,5%	2,7%
Atividades Espaciais	2,1%	3,5%	1,3%	3,7%	3,0%	2,3%	2,1%	3,5%	2,1%	2,1%

Em suma, os inquiridos portugueses não escondem a preocupação relativamente ao futuro, sendo que as questões ambientais ganham preponderância neste domínio. Mas ficam também claros, a par destes e mais fortemente em alguns grupos sociais, outros importantes ‘desassossegos’ como o custo e a qualidade de vida. Algumas variáveis socioeconómicas relacionam-se com as suas principais preocupações e expectativas face ao futuro. Estas relacionam-se com o género dos inquiridos, pois, invariavelmente os homens surgem menos pessimistas e as mulheres mais preocupadas em qualquer dos itens analisados. Fenómeno semelhante parece repetir-se quanto à idade e à instrução, com os mais novos e mais instruídos a revelarem-se comparativamente mais confiantes face ao futuro.

No que respeita especificamente sobre ‘as condições ambientais para as gerações futuras’, são as gerações em idade activa e eventualmente com filhos menores e não só, que se destacam com uma atitude mais pessimista.

## 8 Notas conclusivas

- **A esmagadora maioria dos inquiridos - 71,2% - associou significados à ideia de ‘sustentabilidade’,** sendo que apenas 1/3 (28,8%) não identificou nenhuma expressão ao tema, sobretudo entre os grupos menos instruídos e os mais velhos. Tal como em inquéritos anteriores, a Sustentabilidade é, antes de mais, associada ao Ambiente, ou a ações relacionadas com a proteção ambiental. Para além das questões ambientais gerais com uma grande prevalência dos resíduos/lixos, surgem também mais claramente as dificuldades económicas e a necessidade de poupança que daí decorre – sobretudo para os grupos sociais mais vulneráveis. Daí o também recorrente recurso à ideia de “subsistência/sustentar a família”.
- Uma novidade neste inquérito é a emergência clara de um **conceito de sustentabilidade mais moderno ligado à dimensão da governança** que se traduz na valorização do ‘civismo’, de ‘cuidar do bem comum’ e de ‘bem-estar’, revelando maior atenção aos bens públicos comuns e exigência cidadã face às políticas públicas transformativas no sentido da sustentabilidade. Esta tendência é sobretudo visível entre os mais instruídos e os mais jovens (18-24 anos).
- Em relação aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, apenas 36% dos inquiridos declaram saber do que se trata. Entre estes destacam-se os grupos sociais mais escolarizados e em plena vida ativa. À escala mundial os ODS considerados mais prioritários são: a “erradicação da pobreza” e a “fome zero”, bem como a “saúde” e a “educação”. Já à escala nacional são sublinhadas as questões sociais, sobretudo a necessidade de investir na “Saúde e Bem-Estar”, exponenciada pelo ‘efeito COVID-19’, que se generalizou como preocupação máxima em todos os grupos etários, quando no inquérito anterior já era notória, mas concentrava-se claramente entre os mais velhos. Segue-se a “Erradicação da Pobreza” (52%) e a “Educação de Qualidade” (39%), e depois a “Fome Zero e Agricultura Sustentável” (37,2%). A prioridade de uma ‘educação de qualidade’ é praticamente consensual / transversal a toda a sociedade portuguesa. Transversal também à sociedade portuguesa, independentemente dos diferentes estatutos sociais, é a necessidade da ‘redução das desigualdades’. Todos os ODS que se prendem com questões ambientais – água limpa, ação climática, energias limpas, vida marinha, vida terrestre – são mais sublinhados pelos grupos etários mais jovens e também pelos mais escolarizados. Idem para a produção e consumo sustentáveis, cidades e comunidades sustentáveis e indústria e inovação. Finalmente a instrução é,

além das idades, um dos fatores mais discriminatórios nas escolhas dos inquiridos, potenciando opções mais tecnicamente ligadas à sustentabilidade (e.g., energia, alterações climáticas, cidades e comunidades sustentáveis, produção e consumo...). Áreas estas que, grosso modo, são mais desvalorizadas pelos inquiridos com baixa instrução superior.

- **Observa-se alguma influência mediática na formação das principais preocupações ambientais – incêndios e secas** - foram os temas mais mediatizados logo desde o início do verão de 2022. Mas a preocupação geral com os problemas ambientais está cimentada, e só a presença de questões socioeconómicas graves, como a fome e a pobreza, desviam o foco dos portugueses relativamente à situação do ambiente que, globalmente lhes parece preocupante. Nesta área continua a crescer uma apreensão generalizada da maioria dos inquiridos que, por isso, começam a agir (por moto próprio, ou coletivamente), sobretudo, entre os grupos sociais mais jovens e mais instruídos. Daí que menos de 6% dos inquiridos avalie o percurso do país, na área da sustentabilidade ambiental, de forma claramente positiva e não chegam aos 28% aqueles que admitem alguns ganhos nos últimos anos, mas que, ainda assim, insuficientes.
- Em relação ao **envolvimento cívico na causa ambiental** verifica-se que estamos a assistir a uma mudança de comportamentos na sociedade portuguesa mais pro-activos que interessa realçar. As mulheres têm-se vindo a destacar no envolvimento cívico ambiental e esta matriz alarga-se entre os mais novos.
- Os resultados demonstram que a experiência **da pandemia COVID 19 teve implicações na forma como muitos portugueses se passaram a relacionar com os valores naturais**. Tal demonstra preocupação por parte de um conjunto significativo de inquiridos com os efeitos da degradação ambiental sobre a propagação de doenças nocivas para os humanos.
- A fase **‘pos-COVID 19’** teve igualmente **impacto na realização de atividades quotidianas** e, por exemplo, na frequência de espaços de lazer e consumo. Quer em atividades de elevada frequência como **refeições em conjunto com amigos/familiares, caminhadas ao ar livre ou idas a parques e jardins**, quer em atividades de baixa frequência como **idas a teatros ou cinema, eventos desportivos ou concertos e festivais de música**. Após terem passado pela experiência da pandemia, os inquiridos parecem ter redobrado a vontade de convívio e partilha dentro e fora de portas, entre familiares e amigos, ou entre multidões. É possível identificar algumas especificidades nas práticas de lazer e consumo dos inquiridos, nomeadamente a frequência de **‘Parques e jardins ao ar livre’**

que se incrementou e instalou-se como prática regular. Já as ‘caminhadas ao ar livre’ passaram a ser uma necessidade física e mental durante a pandemia e agora um hábito quotidiano.

- **Em relação aos perfis de consumo, surge como mais recorrente o ‘constrangido’ e o ‘prosumidor’,** seguidos logo de perto pelo perfil ‘suficiência’, ‘ético’ e ‘escolha’. O cluster de perfis com que os portugueses mais se identificam neste e em anteriores inquéritos mantém-se assim, indicando que há duas orientações de consumo relevantes a consolidar-se. Por um lado, uma orientação forte para um consumo mais refreado e de poupança por questões de foro económico no contexto atual de inflação e aumento do custo de vida, e, por outro lado, um perfil de consumidor que se tem vindo a consolidar cada vez mais atento aos impactos sociais e ambientais do consumo e também apostando na contenção e frugalidade na compra de bens e serviços, por ventura, indo além das preocupações económicas e mostrando uma maior consciência dos limites ambientais. No primeiro perfil – ‘suficiente constrangido’ – temos populações economicamente mais vulneráveis, mais idosas e com níveis de escolaridade mais baixas -, e do ‘suficiente ético’ – grupos com mais escolaridade e com rendimentos que permitem viver de forma razoável ou confortável.
- No que concerne ao **consumo de refeições semanais** constata-se, em 2022, uma **diminuição da frequência do consumo de carne, assim como o aumento da importância das refeições de base vegetal**, que já ultrapassa as duas refeições em média por semana. Tal como em inquéritos anteriores são as mulheres, os mais e os menos escolarizados, os mais velhos, e os grupos com menores rendimentos que mais frequentemente consomem refeições de base vegetal, estes últimos por dificuldades de acesso regular à carne, sobretudo de boa qualidade. Aqui reforça-se uma vez mais uma bifurcação de perfis de consumo de refeições sem carne nem peixe que se explica com um provável efeito de classe social e/ou de saúde dado que ao mais velhos tendem a consumir menos. As pessoas com maior escolaridade e com rendimentos confortáveis tendem a ter hábitos de consumo mais saudáveis, ingerindo menos carnes com gorduras saturadas e preferindo as carnes brancas. Já os que tem mais dificuldades económicas e níveis de escolaridade mais baixos, acabam por ter um consumo de carne mais incerto, sendo muitas vezes a sopa a refeição de conforto do dia.
- Em relação aos **critérios de seleção alimentar** observa-se que a frescura (92%), ter um preço justo (87%), o prazo de validade (84%), ser um produto saudável (84%) e ter bom aspeto (84%) - são os mais valorizados. Em relação à forma de produção dos alimentos

(e.g. agricultura biológica, pecuária não intensiva) continua a ser um critério mais valorizado pelas mulheres, os inquiridos até aos 64 anos, assim como os mais escolarizados.

- Os portugueses continuam a colocar, à cabeça e bem destacado, o **‘desperdício alimentar’** como uma das **principais preocupações alimentares**, destacado sobretudo pelos mais jovens. Segue-se mais abaixo a preocupação com o excesso de açúcares ou gorduras nos alimentos, menos destacado pelos mais jovens. Abaixo dos 30% de respostas surgem as preocupações com a contaminação dos alimentos por vários tipos de resíduos, ingredientes nocivos ou bactérias, e ainda o bem-estar dos animais de criação, o qual subiu na escala de importância no presente inquérito e que é destacado sobretudo pelos mais jovens e pelas mulheres.
- No que concerne à **literacia alimentar** a maioria (55%) sente-se informada ou muito informada, sendo apenas 11% os que se consideram pouco informados. Os que se declaram menos informados são os homens, os inquiridos com 45 ou mais anos e os menos escolarizados. É de realçar que mais de metade dos portugueses tende a recorrer a fontes cuja informação alimentar pode ser menos credível e cientificamente comprovada (as redes sociais onde circulam *fake news*) do que a fontes mais credíveis como os serviços de saúde, médicos e nutricionistas, aspeto que deve preocupar os profissionais e autoridades com responsabilidade na literacia alimentar.
- Os supermercados e hipermercados são os **locais de compra mais utilizados**, seguindo-se as lojas especializadas e mercearias. Compras diretamente ao produtor, lojas e feiras de produtos biológicos e cooperativas são também já importantes, o que é revelador da contínua importância dada às redes de proximidade e ao comércio tradicional local. Tanto a utilização de supermercados e hipermercados, bem como as compras online diminuem com a idade. De destacar que quanto mais escolarizados maior a frequência de utilização dos hipermercados, de compras pela internet e também de mais visitas a lojas ou feiras de produtos biológicos. Já a frequência de compra em mercearias é mais prevalente entre os menos escolarizados.
- Sobre as **possíveis ações a desenvolver no domínio da alimentação escolar**, todas as medidas sugeridas foram transversalmente consideradas importantes ou muito importantes (desde campanhas de informação sobre alimentação saudável, passando pela criação de hortas escolares, até ao incentivo de ter produtos biológicos nas refeições escolares). Também a proibição de venda de alimentos pouco saudáveis em torno das escolas recolheu aceitação pela maioria dos inquiridos. Curiosamente, os mais

jovens (15-24 anos) são os mais resistentes às mudanças para uma alimentação mais saudável e sustentável nas escolas, porventura um sítio onde querem estar com os seus pares a usufruir de uma alimentação mais livre, e menos disciplinada e controlada.

- Numa primeira avaliação sobre o que significa para os portugueses o **conceito de bem-estar** e muito em linha com o que já acontecia no inquérito anterior, a **saúde surge com grande destaque** e de forma transversal, embora menos frequente entre os mais jovens. De seguida, embora a grande distância, surge o conceito de **qualidade de vida**, entendido como vivendo com qualidade, com **conforto**, tão mais referenciado quanto mais elevadas são as habilitações literárias, e a **estabilidade financeira e o poder económico**. A **felicidade** e a **tranquilidade**, entendidas como estar bem consigo, com os outros e com a vida e viver em paz e em harmonia, é possível ver que são áreas que as mulheres tendem a sublinhar com muito maior frequência do que os homens, tal como a **família (7%)**.
- Quanto à capacidade de o país responder às necessidades da sociedade numa lógica de proporcionar bem-estar e considerando áreas como - **eficácia das instituições, ambiente equilibrado, envolvimento dos cidadãos e das comunidades, garantir o necessário para viver com conforto, redução das desigualdades e justiça e a equidade social**, a tendência maioritária é para uma opinião negativa ou então neutra face ao desempenho do país. O maior número de respostas negativas prende-se com o tema da capacidade de Portugal **reduzir as desigualdades sociais**, bem como o **disfuncionamento das instituições**. Mas em todas as respostas tónica foi sempre negativa, o que aponta para a existência de lacunas importantes a colmatar para que Portugal possa, de facto, ser um país que promove o bem-estar.
- Sobre o **nível de bem-estar que Portugal proporciona aos seus cidadãos** a avaliação volta a não ser muito positiva, ainda que a posição maioritária seja neutra (44% dos inquiridos optaram pela categoria de resposta intermédia). Mesmo assim, as avaliações negativas (31%) superam as positivas (24%), sobretudo para as mulheres acima dos 45 anos que tendem a apresentar uma posição menos positiva, o mesmo acontecendo entre aqueles que não têm uma formação superior. Mais positivos em relação ao bem-estar que o país proporciona aos seus cidadãos, estão sobretudo os homens, os mais jovens e aqueles que têm ensino superior
- **Existe uma apreensão generalizada quanto ao futuro, quer do ponto de vista das condições de vida dos inquiridos, quer do futuro ecológico**. As questões ambientais

ganham preponderância neste domínio, mas em alguns grupos sociais sublinha-se mais o custo e a qualidade de vida. Invariavelmente os homens surgem menos pessimistas e as mulheres mais preocupadas em qualquer dos itens analisados. Fenómeno semelhante parece repetir-se quanto à idade e à instrução, com os mais novos e mais instruídos a revelarem-se comparativamente mais confiantes face ao futuro. No que respeita especificamente sobre ‘as condições ambientais para as gerações futuras’, são as gerações em idade activa e eventualmente com filhos, menores e não só, que se destacam com uma atitude mais pessimista.

- Numa primeira avaliação sobre o que significa para os portugueses o **conceito de bem-estar** a **saúde surge com grande destaque** e de forma transversal, embora menos frequente entre os mais jovens, seguindo-se a grande distância, o conceito de **qualidade de vida**. A avaliação que os portugueses fazem sobre o **nível de bem-estar que Portugal proporciona aos seus cidadãos é tendencialmente negativa ainda que a posição maioritária seja neutra**. Entre os vários aspetos analisados é a **distribuição da riqueza** que é realçada negativamente por mais inquiridos (55%), seguindo-se o **funcionamento da democracia** (46%) e o **funcionamento das instituições públicas** (42%). Por outro lado, a maioria dos portugueses centra a sua satisfação pessoal com aspetos tais como as relações de vizinhança, a vida em comunidade e o acesso a espaços verdes.
- Finalmente, o Inquérito mostra que, para um futuro mais sustentável, os portugueses consideram que o país deveria **investir acima de tudo na educação/formação de qualidade, numa distribuição mais equitativa da riqueza, bem como no ambiente entendido como segurança dos recursos naturais e nas energias renováveis**.

## 9 Bibliografia

Costa, Ana I. Almeida e Rodrigues, Sara S. P. (coord.) (2022), *Como Comemos o que Comemos: o consumo de refeições em Portugal no século XXI, Relatório Final*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos

Guerra, João; Schmidt, Luísa (2016). "Concretizar o wishful thinking: dos ODS à COP21". *Ambiente & Sociedade*, 19 (4): 179-196. <http://hdl.handle.net/10451/26283>

Guerra, João; Schmidt, Luísa; Valente, Susana (2017). "Dilemmas of sustainability in turbulent times: The Portuguese case in context". In *Green European - Environmental Behaviour and Attitudes in Europe in a Historical and Cross-Cultural Comparative Perspective, 1st Edition*, 221-242. Londres: Taylor & Francis

Schmidt, Luísa; Truninger, Mónica; Guerra, João; Prista, Pedro (2018). *Sustentabilidade: Primeiro Grande Inquérito em Portugal*. Lisboa: Imprensa Ciências Sociais.

Truninger, Mónica; Schmidt, Luísa; Fonseca, Susana; Graça, João; Junqueira, Luís; Prista, Pedro (2020). *Sustentabilidade e Alimentação: Segundo Grande Inquérito sobre Sustentabilidade em Portugal*. Lisboa: Imprensa Ciências Sociais.